

A NOVA ERA DA MATERIALIDADE

RI

A INACREDITÁVEL FRAUDE COM OS CRIS DA VIBRA

por **AURÉLIO VALPORTO**

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br

nº 284
SET 2024



EM PAUTA

WASHINGMANIA



MAIS DO QUE PARECER, É PRECISO SER!

Em um mercado saturado por práticas superficiais que buscam apenas atender expectativas, o verdadeiro desafio está em transcender a aparência e implementar mudanças genuínas. O fenômeno, que chamamos de **Washingmania**, envolve a prática de mascarar a falta de substância e autenticidade em diferentes frentes: **Ambiental, Social, Governança e Tecnológica.**

por **MARCELO MURILO**

Dexco

deca

portinari

hydra

duratex

castelatto

ceusa

durafloor

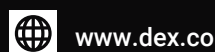
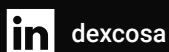
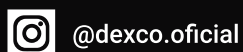


Soluções para Melhor Viver.

Somos a maior casa de marcas para materiais de construção, reforma e decoração do Brasil. **O portfólio completo para todas as necessidades e ambientes.**

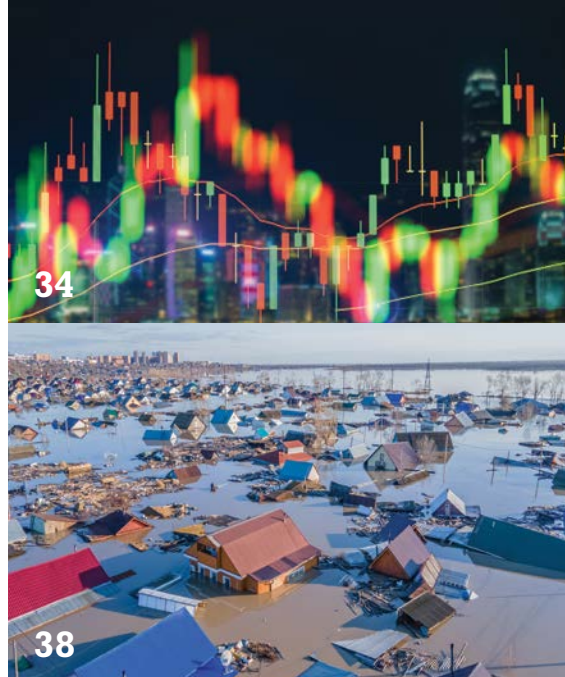
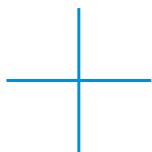
Com mais de 70 anos de história, resiliência e solidez, entregamos design, qualidade, funcionalidade, sustentabilidade e versatilidade em nossos produtos.

Dexco
Viver ambientes



RI

nº 284 • Setembro 2024



04 Ponto de Vista

Vale a pena comprar dólares?

POR ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

08 Em Pauta

Washingmania: mais do que parecer, é preciso ser!

POR MARCELO MURILO

14 Enfoque

A nova era da Materialidade

POR ANTONIO EMÍLIO FREIRE

22 Mercado de Capitais

A inacreditável fraude com os CRIs da Vibra

POR AURÉLIO VALPORTO

30 Espaço APIMEC Brasil

Remédios e efeitos colaterais no mercado de títulos e valores mobiliários para o setor Imobiliário

POR MARA LIMONGE

34 Voz do Mercado

Companhias Abertas e Ofertas Públicas:

perspectivas de crescimento no Mercado de Capitais

POR JOÃO PEDRO NASCIMENTO

38 Sustentabilidade

ESG:

Desastres Climáticos & o Papel do Investidor

POR ALESSANDRA LEHMEN

42 Orquestra Societária

Tragédias Ambientais: grandes riscos resultantes

POR CIDA HESS, MÔNICA BRANDÃO E MÁRCIA SOBOTYK

50 IBGC Comunica

25º. Congresso IBGC: Inércia não é mais uma opção!

POR RICARDO OBERLANDER

52 Educação Financeira

Os riscos do Mercado de Influência

POR JURANDIR SELL MACEDO

55 IBRI Notícias

Trajatória:

Lícia Rosa, gerente de RI da Itaúsa

POR JENNIFER ALMEIDA

63 Opinião

Negócios sustentáveis na Amazônia e

o papel dos Agentes de Governança

POR VANESSA PINSKY E CAMILA SILVA

REVISTA RI®

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.

Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511

20020-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: André Vasconcellos, Cida Hess, Eduarda La Rocque, Eliane Lustosa, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Mônica Brandão, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa, Sonia Consiglio e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuatDesign

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.

O SITE DA SUA

EMPRESA REALMENTE

TEM A CARA DELA?

WEBSITES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES | CORPORATIVO | E DE SUSTENTABILIDADE

Soluções tecnológicas, sob medida, que enriquecem a experiência de cada visitante e otimizam seu tempo de manutenção.



FERRAMENTAS PRÓPRIAS DE RI



TECNOLOGIA RESPONSIVA



SEGURANÇA



CUSTOMIZAÇÃO



SEO

FERRAMENTAS PRÓPRIAS E CUSTOMIZADAS DE RI:

- Gráficos interativos
- Simulador de investimento
- Evolução das ações
- Séries históricas
- Histórico de cotações
- Plataforma de webcast
- Gestão e disparo de mailing com relatório de envios
- Principais recomendações de acessibilidade do WCAG



QUER SABER MAIS?
BRIDGE.AATB.COM.BR

BRIDGE

COMUNICAÇÃO COM INVESTIDORES

Vale a pena comprar dólares?

Em 1958, quando comecei a trabalhar na Deltec, pioneira na área de investimentos, fui encarregado de treinar os vendedores sobre valores mobiliários, principalmente ações, para apontar as vantagens comparativas versus aplicações imobiliárias, que na época tinham a preferência dos poupadores. Os títulos do governo estavam desmoralizados e fora do mercado, pois não pagaram os juros devidos no seu vencimento e não tiveram resgates honrados. Viraram peças de decoração (ainda tenho alguns desses no meu escritório).

por **ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA**

Os bancos não ofereciam opções nas aplicações e os depósitos a prazo pagavam juros simbólicos e, portanto, não dispunham de recursos para empréstimos de longo prazo.

O argumento básico para venda de ações estava centrado na sua maior liquidez, divisibilidade e rentabilidade através dos dividendos. Ações preferenciais das empresas que abriam seu capital via Deltec ofereciam 12% sobre o valor nominal e se não fossem pagos dentro do exercício eram cumulativos para o ano seguinte.

A compra de moeda estrangeira, particularmente o dólar, ficaria mais evidente somente quando da percepção de que a inflação estava corroendo o valor da nossa moeda e muitos buscaram nele refúgio pela sua disponibilidade nas casas de câmbio. Aplicações em moeda estrangeira não eram reguladas pelas autoridades monetárias e grande percentagem dos aplicadores não as incluíam em suas declarações anuais do IR.

Obviamente, as viagens ao exterior também implicavam na compra de dólar e eram muito utilizados os *Traveller's checks*, emitidos pelos bancos, principalmente o Citibank.

Todo esse processo de percepção de necessidade de busca de proteção do patrimônio acentuou-se com a depreciação de nossa moeda com a construção de Brasília (Governo Juscelino Kubitschek) onde os gastos tiveram forte impacto inflacionário. Nos anos 60 também apareceram as letras de câmbio, emitidas com deságio e que ofereciam rentabilidade mais atraentes e compensadoras. O Banco Mercantil de São Paulo foi pioneiro com a criação da Finasa, e os bancos comerciais criaram subsidiárias para atender à crescente demanda por financiamento para suprir a necessidade de financiamento da indústria automobilística, eletrodomésticos e outras modalidades de consumo. Presente no mercado de forma crescente, passaram a ganhar preferência dos investidores. Mais tarde, com a correção monetária, os títulos do governo voltaram a ser procurados passando a



A disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e China, hoje claramente evidenciada, poderá ter implicações no comportamento do dólar, moeda padrão para as operações comerciais e como reserva de valor. Os chineses vêm fazendo tentativas para o uso mundial de sua moeda, YUAN, nas transações comerciais. Até agora, nessa área, nossas operações estão consolidadas no uso do dólar como moeda nas transações comerciais. Não será fácil desbancá-lo. Os países que formam os Brics, poderão considerar a moeda chinesa e estimulá-la, principalmente se sua liquidez estiver assegurada.



ter participação crescente no mercado, assim como a caderneta de poupança.

Além do dólar, em escala menor, eram procurados também francos suíços (estimulado pela estabilidade de sua moeda), a libra esterlina (muito popular nos tempos do Império) e mais tarde o euro, moeda do mercado comum europeu, que passou a ocupar maior espaço na medida em que ampliava sua liquidez.

De forma crescente os aplicadores passaram a investir também em títulos de dívida (*Bonds*) emitidos por empresas estrangeiras de primeira linha. A Deltec oferecia as chamadas “dólar notes” emitidas por companhias estrangeiras e também brasileiras. Na sequência, fundos de investimentos (*hedge funds*) passaram a ter lugar em sua carteira, principalmente como aplicação em moeda estrangeira.

Esse grupo de investidores também se achavam melhor protegidos comprando barras de ouro, que de forma crescente foram disponibilizadas, assim como as criptomoedas.

Para evitar a ocultação, em passado mais recente, as autoridades monetárias e o Bacen passaram a permitir oficialmente aplicações no exterior, devendo inclusive incluí-las obrigatoriamente na declaração de imposto de renda e em relatórios anuais.

Ganhos não realizados passaram também a ser taxados. Aqueles efetivamente realizados tinham tributação diferenciada se fossem ou não repatriados.

Os agentes financeiros e corretoras de bancos quem vem se dedicando de forma crescente à gestão de portfólio, passaram a ter departamentos totalmente dedicados ao desenvolvimento de serviços de aplicações no exterior, com anúncios nos jornais e em outros meios de comunicação passando ostensivamente a oferecer esses serviços.

O Banco Central exige ser informado no ano subsequente a respeito da posição no estrangeiro, tanto para pessoas físicas como jurídicas, que deverão ser trimestrais ou anuais a depender do montante mantido no exterior. Com isso, aplicações no exterior não mais são ocultadas e os principais gestores de fortunas recomendam que percentual do patrimônio individual aplicado no exterior, seja por questão de rendimento ou proteção de portfólio.

Voltando às origens, as cadernetas de poupança, que não tinham grande presença no mercado vieram a ter preferência dos brasileiros de pequena e média renda quando da introdução da correção monetária.

A disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e China, hoje claramente evidenciada, poderá ter implica-

PONTO DE VISTA

ções no comportamento do dólar, moeda padrão para as operações comerciais e como reserva de valor. Os chineses vêm fazendo tentativas para o uso mundial de sua moeda, YUAN, nas transações comerciais. Até agora, nessa área, nossas operações estão consolidadas no uso do dólar como moeda nas transações comerciais. Não será fácil desbancá-lo. Os países que formam os Brics, poderão considerar a moeda chinesa e estimulá-la, principalmente se sua liquidez estiver assegurada.

Nossas reservas cambiais equivalem a mais de 250 bilhões de dólares. A existência dessas reservas cambiais é importante proteção importante contra a especulações cambiais. Outrossim, possíveis alterações em nossa balança comercial e consequentemente no balanço de pagamentos, a performance do setor agroindustrial pode afetar sua participação, principalmente se a China reduzir suas importações, nosso maior parceiro comercial.

Outro fator que vem afetando o comportamento do dólar é a política do Federal Reserve Bank - FED quanto a alteração da taxa de juros que vierem a ser fixadas em suas sessões do Comitê de Política Monetária. Finalmente, também serão importantes as pesquisas eleitorais para as eleições de novembro. A escolha entre Kamala Harris e Donald Trump terá impacto em diferentes mercados, e como sabemos, o comportamento da economia norte americana é fator determinante

A globalização, que se intensificou no início dos anos 2000, vem sendo afetada por um protecionismo crescente e, obviamente, com forte implicação no curso das moedas nos mercados internacionais.

Não respondi se vale a pena investir no dólar ou em moeda estrangeiras que tenham liquidez. Os *experts* têm sido surpreendidos, e errado em suas projeções sobre o comportamento do dólar com a nossa moeda. Como enfatizamos, vários fatores internos e externos afetam seu comportamento, desde questões macroeconômicas internas e externas, como também comportamento erráticos, declarações desencontradas, interesses diversos, etc... forçando altas ou baixas.

O conselho que posso deixar registrado é que aqueles que queiram comprar dólares, ou outras moedas, que o façam gradualmente, a menos que circunstâncias especiais requeiram compra urgente. Também, caso já tenha moeda estrangeira em sua carteira como reserva de valor, e diversificação de seu portfólio, não seja um “trader” bus-

“

O conselho que posso deixar registrado é que aqueles que queiram comprar dólares, ou outras moedas, que o façam gradualmente, a menos que circunstâncias especiais requeiram compra urgente. Também, caso já tenha moeda estrangeira em sua carteira como reserva de valor, e diversificação de seu portfólio, não seja um “trader” buscando acertar o momento de venda ou de compra, ou seja, especulando.

”

cando acertar o momento de venda ou de compra, ou seja, especulando.

Concluindo, o dólar continuará predominante no cenário previsível será afetado localmente como indicado pelo comportamento das variáveis locais e da atratividade que possam apresentar comparativamente as alternativas internas. Apesar de que em certas circunstâncias poderão ter seu curso afetado, é difícil imaginar que percam sua hegemonia, pelo menos em futuro previsível. **RI**



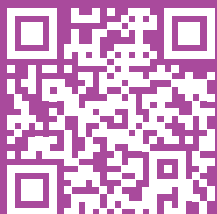
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

Economista, foi o primeiro presidente da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).
teixeiradacostaroberto@gmail.com

Cultura de governança e os desafios do Brasil

Como a governança corporativa pode ajudar a enfrentar questões do ecossistema de negócios brasileiro?

Participe do 25° Congresso IBGC para debater esse e outros tópicos para uma gestão empresarial mais transparente, ética e sustentável. Esperamos você!



Inscreva-se
www.ibgc.org.br/congresso

08 e 09.10.24
WTC Events Center | SP

WASHINGMANIA



MAIS DO QUE PARECER,
É PRECISO
SER!

No ambiente corporativo moderno, onde a transparência e a responsabilidade social são cada vez mais exigidas por consumidores, investidores e reguladores, a tendência de adotar práticas superficiais para aparentar conformidade com essas expectativas tornou-se preocupante. Este fenômeno, que chamamos de *Washingmania*, envolve a prática de mascarar a falta de substância e autenticidade em diferentes frentes: **Ambiental, Social, Governança e Tecnológica.**

por **MARCELO MURILO**

Dentro desse contexto, quatro tipos principais de *Washing* se destacam: *GreenWashing*, *SocialWashing*, *BoardWashing*, e mais recentemente, *AiWashing*. Em vez de refletirem um compromisso real com a sustentabilidade, a justiça social, a governança responsável ou a inovação tecnológica, essas práticas servem apenas para criar uma imagem pública favorável sem mudanças significativas ou impacto genuíno.

Assim, a máxima romana “A mulher de César não basta ser honesta, é preciso parecer honesta” parece ser invertida atualmente. Na era da informação, onde cada ação corporativa pode ser amplamente divulgada e analisada, mais do que parecer, é preciso ser genuíno.

GREENWASHING

O *GreenWashing* é talvez o exemplo mais antigo e amplamente reconhecido de *Washing*. Ele refere-se à prática de promover uma imagem de responsabilidade ambiental que não condiz com a realidade das ações da empresa. Muitas corporações, na tentativa de capitalizar a crescente demanda por produtos e práticas sustentáveis, acabam utilizando táticas de marketing enganosas para aparentar um comprometimento ecológico que, na verdade, é superficial.

Um exemplo clássico de *GreenWashing* ocorre quando uma empresa investe em campanhas publicitárias que destacam pequenos esforços ambientais, enquanto continuam a operar de

“

Um exemplo clássico de *GreenWashing* ocorre quando uma empresa investe em campanhas publicitárias que destacam pequenos esforços ambientais, enquanto continuam a operar de maneiras altamente prejudiciais ao meio ambiente.”

”

maneiras altamente prejudiciais ao meio ambiente. Um caso notável é o da BP, que, após o desastre do derramamento de petróleo no Golfo do México, lançou campanhas que enfatizavam seus investimentos em energia limpa, mas que não abordavam adequadamente os danos causados pelo vazamento.

EM PAUTA

Além dos riscos de reputação, as práticas de *GreenWashing* podem resultar em sérias consequências legais, à medida que reguladores em todo o mundo endurecem suas exigências sobre a veracidade das alegações ambientais.

O impacto negativo do *GreenWashing* não se limita apenas às empresas que o praticam. Ele também mina a confiança do consumidor em todas as práticas de sustentabilidade corporativa, prejudicando aqueles que realmente se esforçam para implementar mudanças significativas. Portanto, para as empresas que buscam promover sua responsabilidade ambiental, é vital que suas iniciativas sejam autênticas, transparentes e verificáveis.

SOCIALWASHING

Enquanto o *GreenWashing* manipula a percepção pública em torno das práticas ambientais, o *SocialWashing* faz o mesmo no campo das questões sociais. Essa prática envolve empresas que promovem uma imagem de responsabilidade social, defendendo causas como diversidade, inclusão, justiça social e direitos humanos, mas sem um compromisso real ou mudanças substanciais em suas operações internas.

O *SocialWashing* tem ganhado destaque à medida que o “S” do ESG (*Environmental, Social, and Governance*) se torna cada vez mais relevante para investidores e consumidores.

Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, muitas empresas se viram obrigadas a responder rapidamente às demandas sociais, como o bem-estar dos funcionários e o apoio às comunidades. No entanto, em muitos casos, as ações tomadas foram superficiais e visavam mais a proteção da imagem corporativa do que um real comprometimento com o impacto social positivo.

Um exemplo clássico de *SocialWashing* pode ser observado em empresas que lançam campanhas de diversidade e inclusão, mas que continuam a operar com práticas internas que perpetuam desigualdades. Essas empresas podem, por exemplo, promover publicamente a contratação de minorias para cargos de visibilidade, enquanto mantêm práticas discriminatórias em outras áreas de sua operação. Isso não só cria uma falsa narrativa sobre os valores da empresa, como também pode resultar em uma perda significativa de confiança entre os consumidores e os investidores.

Além dos danos à reputação, o *SocialWashing* pode ter consequências financeiras, à medida que os consumidores se tornam mais conscientes e críticos das práticas corporativas. Empresas que são desmascaradas por práticas de *SocialWa-*



Além dos danos à reputação, o *SocialWashing* pode ter consequências financeiras, à medida que os consumidores se tornam mais conscientes e críticos das práticas corporativas. Empresas que são desmascaradas por práticas de *SocialWashing* podem enfrentar boicotes, perda de clientes e até mesmo ações legais.



shing podem enfrentar boicotes, perda de clientes e até mesmo ações legais. Portanto, assim como no caso do *GreenWashing*, é crucial que as empresas garantam que suas iniciativas sociais sejam autênticas, impactantes e respaldadas por ações e políticas concretas.

O desafio para as empresas, portanto, é garantir que suas iniciativas de responsabilidade social não sejam apenas uma fachada para atrair atenção positiva, mas sim parte integrante de sua estratégia e operações. Isso exige um comprometimento real com as mudanças, medido por resultados tangíveis e uma comunicação transparente com todos os *stakeholders*.

BOARDWASHING

O *BoardWashing* é uma prática na qual os conselhos de administração adotam uma fachada de boas práticas de governança, muitas vezes para cumprir formalidades ou atender às expectativas de *stakeholders*, sem, contudo, implementar mudanças substanciais que garantam a transparência, a ética e a eficiência necessárias para uma governança corporativa robusta. Em um cenário onde a governança é cada vez mais vista como um fator crítico de sucesso a longo prazo, o *BoardWashing* representa um risco significativo para a credibilidade e a sustentabilidade das organizações.

Um exemplo recente e notório de *BoardWashing* pode ser observado no caso das Lojas Americanas. Em janeiro de 2023, a empresa revelou um rombo contábil de cerca de R\$ 20 bilhões, resultado de práticas contábeis inadequadas que foram ocultadas por anos. Apesar de a empresa ter um conselho de administração e comitês aparentemente robustos, capazes de supervisionar as práticas financeiras e a gestão de riscos, ficou evidente que esses órgãos não exerceram a devida diligência que se espera em situações críticas como essa.

A falha no caso das Americanas destaca como o *BoardWashing* pode enganar não apenas os investidores, mas também o mercado em geral, criando uma falsa sensação de segurança. A empresa, ao longo dos anos, foi frequentemente elogiada por suas práticas de governança e por ter um conselho de administração composto por membros renomados. No entanto, a crise revelou que, por trás dessa fachada, havia uma governança falha e incapaz de prevenir ou identificar irregularidades graves em tempo hábil.

As consequências para a empresa foram severas: perda de valor de mercado, abalo da confiança de investidores e acionistas, e uma crise de reputação que colocou em xeque a própria sobrevivência da empresa. Esse caso exemplifica como o *BoardWashing* pode ser extremamente danoso, resultando em impactos financeiros e reputacionais de longo alcance.

Para evitar o *BoardWashing*, é fundamental que os conselhos de administração sejam realmente comprometidos com a governança eficaz. Isso inclui a implementação de sistemas de controle interno rigorosos, auditorias independentes e um ambiente de transparência onde os problemas possam ser identificados e resolvidos antes que se tornem crises. Além disso, os conselheiros devem ser verdadeiramente independentes, com habilidades e experiências diversificadas que permitam uma supervisão crítica e proativa.

O caso das Americanas serve como um alerta para todas as empresas: a governança corporativa não pode ser apenas uma questão de aparências. É necessário que as práticas sejam autênticas e que o conselho de administração exerça sua função com responsabilidade e integridade, garantindo que a empresa opere de maneira ética e transparente, protegendo os interesses de todos os stakeholders.

RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS

Diante dos desafios apresentados pelos fenômenos de *Washing*, é essencial que as empresas adotem uma abordagem estratégica e autêntica para evitar cair nas armadilhas de práticas superficiais. Aqui estão algumas recomendações



Um exemplo recente e notório de *BoardWashing* pode ser observado no caso das Lojas Americanas. Em janeiro de 2023, a empresa revelou um rombo contábil de cerca de R\$ 20 bilhões, resultado de práticas contábeis inadequadas que foram ocultadas por anos. Apesar de a empresa ter um conselho de administração e comitês aparentemente robustos, capazes de supervisionar as práticas financeiras e a gestão de riscos, ficou evidente que esses órgãos não exerceram a devida diligência que se espera em situações críticas como essa.



práticas que os conselhos de administração e líderes empresariais podem seguir para garantir que suas iniciativas sejam genuínas e eficazes:

Autenticidade nas Iniciativas: A primeira e mais importante recomendação é garantir que todas as práticas adotadas, seja no campo da sustentabilidade, responsabilidade social, governança ou inovação tecnológica, estejam enraizadas em uma estratégia empresarial sólida. Não basta adotar iniciativas de ESG, IA ou governança apenas para atender às expectativas do mercado ou melhorar a imagem da empresa. É crucial que essas iniciativas sejam parte integrante da estratégia



A transparência é a chave para construir e manter a confiança dos *stakeholders*. Empresas que se comunicam de maneira clara e honesta sobre suas práticas e resultados têm mais chances de obter o apoio de investidores, clientes e reguladores. Para isso, é fundamental que as empresas desenvolvam políticas de comunicação que sejam diretas e verificáveis.



de longo prazo da organização e que estejam alinhadas com seus valores e objetivos fundamentais.

Para isso, é necessário um compromisso real com mudanças profundas e duradouras, e não apenas ações superficiais que buscam gerar manchetes. As empresas devem fazer perguntas difíceis sobre o impacto real de suas ações e estar dispostas a tomar medidas que possam ser desafiadoras no curto prazo, mas que trarão benefícios sustentáveis a longo prazo.

Transparência e Comunicação: A transparência é a chave para construir e manter a confiança dos *stakeholders*. Empresas que se comunicam de maneira clara e honesta sobre suas práticas e resultados têm mais chances de obter o apoio de investidores, clientes e reguladores. Para isso, é fundamental que as empresas desenvolvam políticas de comunicação que sejam diretas e verificáveis.

A transparência deve ser aplicada não apenas nas áreas de sucesso, mas também nas dificuldades e desafios enfrentados pela empresa. Relatórios de sustentabilidade, por exemplo, devem incluir não apenas os sucessos, mas também as áreas onde há necessidade de melhoria. Isso demonstra um compromisso genuíno com o progresso e a melhoria contínua.

Métricas e Monitoramento: Para evitar o *Washing*, as empresas precisam desenvolver e implementar métricas claras que permitam avaliar o impacto real de suas iniciativas. Essas métricas devem ser baseadas em dados objetivos e auditáveis, para que os resultados possam ser verificados por terceiros, quando necessário.

A implementação de sistemas de monitoramento contínuo também é crucial. Auditorias internas e externas devem ser realizadas regularmente para garantir que as práticas da empresa estão alinhadas com as metas definidas e que estão realmente contribuindo para os objetivos de sustentabilidade, governança e responsabilidade social. Esse monitoramento constante ajuda a identificar áreas de risco antes que se tornem problemas significativos.

Engajamento de Conselhos e Lideranças: Os conselhos de administração têm um papel crítico na supervisão e na garantia de que as práticas da empresa são genuínas e eficazes. É essencial que os conselhos sejam compostos por membros independentes e qualificados, com a experiência necessária para questionar e desafiar as decisões da gestão.

Conselhos de administração eficazes devem estar profundamente envolvidos na definição e na supervisão das iniciativas estratégicas, especialmente aquelas relacionadas a ESG, IA e governança. Eles devem garantir que essas iniciativas sejam mais do que simples formalidades, exigindo relatórios detalhados, metas claras e uma avaliação rigorosa do progresso.

Educação e Capacitação Interna: Finalmente, para que as práticas genuínas sejam implementadas de forma eficaz, todos os colaboradores da empresa precisam estar capacitados e alinhados com os objetivos da organização. Programas de treinamento e desenvolvimento devem ser oferecidos para garantir que os funcionários compreendam a importância de práticas responsáveis e saibam como contribuir para sua implementação.

A criação de uma cultura organizacional que valorize a ética, a transparência e a inovação é essencial. Isso não só ajuda a evitar práticas de *Washing*, mas também promove um ambiente de trabalho onde todos se sentem responsáveis pelo sucesso sustentável da empresa.

CONCLUSÃO

O ambiente corporativo atual exige mais do que nunca que as empresas adotem práticas sustentáveis, socialmente responsáveis e inovadoras. No entanto, como explorado ao lon-

“

O fenômeno da *Washingmania* revela o perigo das estratégias que priorizam o parecer em detrimento do ser. No curto prazo, práticas superficiais podem até gerar publicidade positiva e atender a demandas do mercado. Porém, a longo prazo, essas práticas corroem a confiança dos *stakeholders*, resultando em consequências financeiras, legais e reputacionais significativas. O exemplo das Lojas Americanas ilustra claramente como a falta de transparência e a governança inadequada podem desmascarar uma empresa, causando danos quase irreparáveis.”

”

go deste artigo, a tentação de adotar abordagens superficiais para atender a essas expectativas - seja por meio do *GreenWashing*, *SocialWashing*, *BoardWashing* ou *AiWashing* - representa um risco substancial para a reputação e a sustentabilidade de qualquer organização.

O fenômeno da *Washingmania* revela o perigo das estratégias que priorizam o parecer em detrimento do ser. No curto prazo, práticas superficiais podem até gerar publicidade positiva e atender a demandas do mercado. Porém, a longo prazo, essas práticas corroem a confiança dos *stakeholders*, resultando em consequências financeiras, legais e reputacionais significativas. O exemplo das Lojas Americanas ilustra claramente como a falta de transparência e a governança inadequada podem desmascarar uma empresa, causando danos quase irreparáveis.

Neste contexto, vale lembrar a antiga máxima romana: “A mulher de César não basta ser honesta, é preciso parecer honesta”. Esse ditado, que já foi utilizado para justificar a importância da aparência em paralelo à essência, hoje assume uma nova interpretação.

Atualmente, em um mundo onde a transparência e a responsabilidade são altamente valorizadas, mais do que parecer, é absolutamente necessário ser genuíno e autêntico. A essência deve prevalecer sobre a aparência; as empresas precisam

ser, de fato, sustentáveis, socialmente responsáveis e inovadoras, e não apenas aparentar.

Para as empresas, isso significa integrar verdadeiramente as práticas de sustentabilidade, responsabilidade social, governança e inovação tecnológica em sua estratégia de negócios, assegurando que essas ações sejam mais do que formalidades. Conselhos de administração e lideranças devem adotar uma abordagem que valorize a transparência, a ética e o impacto real. Implementar métricas robustas, promover uma comunicação clara e investir na capacitação interna são passos essenciais para garantir que as práticas adotadas não só pareçam eficazes, mas que realmente façam a diferença.

Ao alinhar suas ações com seus valores e compromissos genuínos, as empresas não só evitam os riscos associados ao *Washing*, mas também se posicionam como líderes em um mercado que valoriza cada vez mais a integridade e a responsabilidade. **RI**



MARCELO MURILO

é Co-Fundador e VP de Inovação e Tecnologia do Grupo Benner, Palestrante, Mentor, Conselheiro, Embaixador e membro do Senior Advisory Board do Instituto Capitalismo Consciente Brasil, Embaixador e Membro da Comissão ESG da Board Academy BR e Especialista do Gerson Lehrman Group e da Coleman Research – Fala sobre Inovação, Governança e ESG.

marcelo.murilo@benner.com.br

A NOVA ERA DA MATERIALIDADE

Se você realizou uma avaliação de materialidade em 2023 e está se perguntando se precisa atualizar sua avaliação à luz de eventos extraordinários em 2024, levante a mão!

Na verdade, podemos esperar que a materialidade dos impactos ambientais, sociais e de governança, ESG, mude ao longo do tempo por muitas razões diferentes: eventos climáticos extremos, decrescimento global, ativismo das partes interessadas, novos regulamentos, conflitos armados, para citar apenas alguns. Olhando para o passado, para o conceito de dupla materialidade, os impactos externos tornam-se impactos internos. No entanto, *frameworks*, relatórios e especialistas oferecem pouca orientação para discernir quais questões podem se tornar relevantes no futuro.

por **ANTONIO EMILIO FREIRE**

Escrevi esse artigo, para lhes oferecer uma estrutura de orientação sobre os sinais a serem procurados para identificar melhor questões materiais dinâmicas e incorporá-las ao processo de decisão e *stewardship*. Também incluí: exemplos de sinais a se detectar, as análises que devem ser realizadas, e um conjunto de perguntas que ajudarão a orientar profissionais ESG, investidores e empresas enquanto trabalham para desenvolver suas capacidades nessa área.

OVERVIEW

O conceito de materialidade dinâmica foi introduzido pela primeira vez em 2020 no Fórum Econômico Mundial. Desde então, os cinco principais padrões de relatórios CDP, CDSB, GRI, IIRC e SASB declararam que a materialidade deve ser

considerada dinâmica e que os temas de sustentabilidade podem tornar-se financeiramente relevantes ao longo do tempo. Essa é uma capacidade de antecipar as reações das partes interessadas às questões emergentes de sustentabilidade e como elas podem afetar um negócio e o seu desempenho e, portanto, crítica.

Eis como funciona: as empresas podem tomar medidas que impactem negativamente a sociedade, seja através dos seus produtos ou das suas operações. Inicialmente, os interesses das empresas e da sociedade estão desalinhados, mas a sociedade tolera isso. Por exemplo, embora se saiba há anos que a contaminação farmacêutica do ambiente tem um impacto negativo no abastecimento de água e na saúde

humana, as empresas ainda não foram responsabilizadas por esta externalidade. Então, um catalisador – seja uma mudança no comportamento da empresa ou nas normas sociais – amplia este desalinhamento. Depois disto, o ativismo das partes interessadas, as respostas regulamentares e a inovação empresarial poderão juntos empurrar a questão de imaterial para material, seja para uma única empresa ou para toda a indústria.

Este artigo oferece uma estrutura que fornece orientação sobre os sinais a serem procurados para identificar melhor questões ESG dinâmicas e incorporá-las ao processo de decisão e *stewardship*. Fornece exemplos dos tipos de sinais a se detectar e as análises que devem ser realizadas e também inclui um conjunto de perguntas que ajudarão a orientar profissionais ESG, investidores e empresas enquanto trabalham para desenvolver sua capacidade nessas áreas.

COMO AS EMPRESAS PODEM PREPARAR AVALIAÇÕES DE MATERIALIDADE DINÂMICA

Em maior número e em maior velocidade, as questões ambientais, sociais e de governança estão se tornando financeiramente relevantes. Trinta anos atrás, quando a mudança climática foi estabelecida como um fato científico, a maioria dos investidores não a considerava um risco substancial de investimento. Hoje, à luz das crescentes evidências, ativismo e regulamentação, os investidores estão incluindo considerações climáticas em suas tomadas de decisão de investimento.

Por exemplo, um grupo de investidores que administra US\$ 118 trilhões em ativos agora espera que as empresas forneçam divulgações de acordo com a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima. Embora chegar a esse ponto tenha levado décadas, o ritmo da mudança se acelerou. Isso vale também para as questões sociais onde quase 50% dos investidores acreditam que terão um impacto significativo nos preços das ações nos próximos 24 meses.

Em adição, os investidores estão cada vez mais desenvolvendo ferramentas e capacidades de ponta com IA para permitir que criem estratégias de investimento sustentáveis, estimulados pelos crescentes riscos e oportunidades que as tendências de sustentabilidade apresentam para o valor de longo prazo das empresas.

Esses recursos incluem modelos de pontuação ESG inovadores, abordagens mais estratégicas para a administração e uma integração mais profunda das considerações ESG na construção de portfólio com explorações iniciais antecipan-



Em maior número e em maior velocidade, as questões ambientais, sociais e de governança estão se tornando financeiramente relevantes. Trinta anos atrás, quando a mudança climática foi estabelecida como um fato científico, a maioria dos investidores não a considerava um risco substancial de investimento.



do como os riscos podem se tornar financeiramente relevantes em todo um setor ou para uma empresa específica.

Nenhuma empresa pode perfeitamente prever o futuro, mas identificar as questões que não são materiais hoje e que podem se tornar assim amanhã será uma capacidade da qual os investidores não podem prescindir. Lembre-se que aplicar previsão estratégica à materialidade melhorará os resultados tanto para as empresas como para as partes interessadas. O que é financeiramente imaterial para uma empresa ou indústria hoje pode se tornar material amanhã, esse é um processo de decisão chamado materialidade dinâmica.

DESENVOLVENDO A CAPACIDADE DE ANTECIPAR QUESTÕES MATERIAIS FUTURAS

Os investidores estão construindo uma gama de capacidades para permitir que eles persigam estratégias de investimento sustentáveis com maior sofisticação:

- Construindo suas próprias visões de quais tópicos ambientais, sociais e de governança são materiais nos setores em que investem, em vez de depender de visões de terceiros;

ENFOQUE

- Mudando a propriedade do processo de análise de equipes ESG isoladas para a integração de equipes dedicadas construção de portfólio com aprofundo nível de análise;
- Examinando o propósito mais amplo e as estratégias de sustentabilidade dos emissores, em vez de confiar em divulgações padrão; e
- Envolvendo-se de forma mais significativa em questões de sustentabilidade com a gestão das empresas em que investem.

Mais recentemente, surgiu a exploração de outra capacidade: Avaliar com mais precisão quais questões ambientais e sociais se tornarão materiais ao longo do tempo e integrar essas perspectivas prospectivas nas decisões de investimento.

POR QUE OLHAR PARA O FUTURO É IMPORTANTE

- É cada vez mais importante focar na qualidade da divulgação em uma era de hipertransparência.
- Está se acelerando a velocidade com que questões que hoje são imateriais se tornam materiais.
- Planos de criação de valor através do desempenho estão sendo otimizados em relação a questões ESG materiais atuais e futuras.

À medida que a Quarta Revolução Industrial permite uma transparência sem precedentes, a pressão para divulgar está aumentando. Essas demandas irão se intensificar ainda mais à medida que os avanços tecnológicos fornecem aos investidores e outros grandes volumes de dados sobre as operações e o impacto das empresas. Um exemplo frequentemente citado é a capacidade das imagens de satélite de fornecer dados de emissões de carbono em nível de ativos.

Com acesso a informações mais ricas sobre o desempenho de sustentabilidade de qualquer emissor, os investidores precisam saber o que levar em consideração nas decisões de investimento – ou seja, questões ESG que são materiais hoje e aquelas que provavelmente se tornarão materiais no futuro. Consolidar e racionalizar a quantidade e a qualidade de dados para divulgação já é uma realidade para muitas empresas. A velocidade com que questões que hoje são imateriais se tornam materiais está se acelerando.

Como observado em trabalhos recentes, a combinação de transparência e crescente influência dos stakeholders está, em parte, impulsionando essa aceleração. As partes interessadas, como organizações não governamentais, ativistas e grupos da sociedade civil, estão agora muito mais bem equipados para ter um impacto no desempenho de um negócio, muitas vezes antes que a maioria dos investidores tenha se dado conta disso.

Em um mundo hiperconectado, em que as informações podem ser disseminadas ampla e imediatamente, movimentos podem surgir e ganhar escala rapidamente, criando desafios legais, de branding, recrutamento, retenção e outros para qualquer empresa cujas políticas contra assédio e discriminação sejam inadequadas.

A capacidade de antecipar as reações das partes interessadas a questões emergentes de sustentabilidade e como elas podem afetar um negócio e seu desempenho é fundamental. Muitas das estratégias de negócios e planos de criação de valor atuais incluem iniciativas destinadas a melhorar o desempenho em questões de sustentabilidade que atualmente são consideradas materiais. Este é um desenvolvimento importante e sinaliza um reconhecimento crescente da contribuição de um forte desempenho de sustentabilidade para o valor do negócio.

A próxima etapa dessa evolução será a introdução de iniciativas que visam melhorar o desempenho em questões ESG que provavelmente serão materiais para uma empresa no futuro. As empresas que fizerem isso ganharão uma vantagem competitiva e os investidores que selecionarem empresas que adotarem essa abordagem – ou que incentivarem sua gestão a fazê-lo – serão beneficiados. Para que as empresas prosperem, elas precisarão entender as forças que moldarão os próximos 10 anos e usá-las em sua vantagem.

Não há dúvida de que as questões de sustentabilidade e impacto social serão uma força líder para impulsionar a criação de valor. Não podemos esperar que os relatórios corporativos se tornem perfeitos. Precisamos nos tornar mais voltados para o futuro agora ao mesmo tempo que trabalhamos para aprimorar esses relatórios.

EVIDÊNCIA E TRANSPARÊNCIA AMPLIADAS

Um primeiro passo fundamental para antecipar a materialidade futura é acompanhar de perto novas evidências sobre os impactos ambientais e sociais das práticas corporativas. Três desenvolvimentos estão impulsionando o dinamismo da materialidade: Estão surgindo evidências



Os investidores que consultei para este artigo disseram que estão usando com mais frequência sinais, como um aumento nas atividades de pesquisa científica para antecipar onde surgirão evidências que podem afetar os valores dos ativos em setores-chave ou mercados. A amplitude e a profundidade dos dados estão se expandindo.



robustas e convincentes sobre o impacto das externalidades ambientais e sociais.

Movimentos sociais globais que rejeitam os plásticos de uso único, por exemplo, foram influenciados por evidências de cientistas e instituições internacionais sobre o volume de resíduos plásticos do mundo e seus impactos negativos nos oceanos. Da mesma forma, o crescente número de publicações científicas destacando os efeitos nocivos da poluição do ar nas cidades tem motivado políticas públicas e debates sobre a proibição de veículos a combustão fóssil.

Os investidores que consultei para este artigo disseram que estão usando com mais frequência sinais, como um aumento nas atividades de pesquisa científica para antecipar onde surgirão evidências que podem afetar os valores dos ativos em setores-chave ou mercados. A amplitude e a profundidade dos dados estão se expandindo.

A Quarta Revolução Industrial – o surgimento de tecnologias como inteligência artificial (IA), blockchain e realidade virtual – está permitindo a produção de grandes quantidades de novas informações, criando níveis inescapáveis de

transparência. O blockchain, por exemplo, permite a rastreabilidade total – da origem à loja – e já está sendo usado para verificar produtos como madeira sustentável e têxteis livres de trabalho escravo. Os investidores agora estão usando IA para identificar relatórios imprecisos. A tecnologia de satélite está gerando imagens que estão sendo usadas para monitorar as mudanças ambientais. Por exemplo, uma grande gestora de ativos, planeja utilizar imagens de satélite que permitirão o monitoramento em tempo real das plantações de palmeiras para verificar os compromissos das empresas com o desmatamento zero.

Munidos da transparência que essas ferramentas proporcionam, os investidores podem confiar mais fortemente em seus próprios insights, tornando cada vez mais difícil para as empresas moldarem a narrativa sobre o que é material ou esconder suas externalidades dos mercados.

A disseminação da informação atingiu velocidade e escala incomparáveis. Uma petição recente dirigida a uma empresa global após incêndios florestais, alcançando aproximadamente 160.000 assinaturas em uma semana, ilustra a velocidade com que os eventos podem se traduzir no aumento da materialidade das tendências ambientais, que podem ter um impacto no valor de uma empresa. A campanha #DeleteUber resultou em mais de 200.000 usuários excluindo suas contas. Este teve um impacto relevante na companhia, notadamente o evento foi referenciado como um fator de risco em seu depósito S-1 antes de sua oferta pública inicial.

Dos investidores com os quais falei, vários já estão rastreando informações baseadas em incidência por meio de plataformas sociais, mídia e relatórios corporativos em busca de manchetes ambientais ou sociais negativas. Além disso, sinais dinâmicos das alterações climáticas, como crescentes do impacto dos desafios ambientais ou sociais está fortalecendo a capacidade dos investidores de detectar indícios de que essa primeira etapa de materialidade foi acionada.

Se você se sente desconfortável com seu processo de produção ou cadeia de suprimentos, provavelmente há uma razão para isso. Em tempos de desastres ambientais, olhe para seus produtos, práticas e suas cadeia de valor.

AUMENTO DO ATIVISMO DAS PARTES INTERESSADAS

A evidência das externalidades positivas ou negativas de uma empresa não torna automaticamente a questão subjacente financeiramente material. Por exemplo, há várias décadas que existem provas do impacto das emissões de

ENFOQUE

carbono nas alterações climáticas ou dos efeitos negativos do açúcar na saúde.

A segunda etapa do processo, quando as evidências desencadeiam a materialidade, às vezes em questão de dias, ocorre quando as partes interessadas, incluindo às vezes os acionistas, aplicam as evidências de uma forma que provoca uma mudança significativa nas expectativas da sociedade. Nos últimos anos, a capacidade das partes interessadas de usar evidências para afetar o valor do negócio tem crescido.

Três desenvolvimentos importantes estão por trás desse aumento:

- **ONGs e ativistas estão concentrando seus esforços em investidores.** A campanha “Segure Nosso Futuro”, que representa organizações ambientais e de direitos do consumidor, está pressionando o setor de seguros a parar de segurar projetos de carvão e areias betuminosas. O grupo cria classificações públicas para seguradoras e tem chamado a atenção para os retardatários. Esses “eco-guerreiros financeiramente experientes também estão fornecendo aos investidores informações direcionadas. A Lista Global de Saída do Carvão, por exemplo, foi criada por uma ONG para fornecer uma ferramenta prática de desinvestimento para o setor financeiro.
- **Grupos de defesa estão implantando campanhas altamente profissionais e estratégias de mídia.** Após a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, mais de 200 ativistas organizaram a resposta chamada “Polluters Out”, que estabeleceu um site, um vídeo de lançamento multilíngue, um comunicado de imprensa em sete idiomas e uma lista de demandas. O grupo está ativo em mais de 40 países e utiliza ferramentas online como Slack, Zoom e Google Drive para organizar ações coletivas e envolver outros atores, como cientistas do clima. Investidores precisam prestar mais atenção a esses esforços, pois eles estão levando a mudanças regulatórias que tem efeitos setoriais sobre os valores dos ativos que possuem.
- **Grandes financiadores e o público em geral estão dando maior apoio a campanhas de defesa ambiental.** Por exemplo, a Fundação Europeia do Clima está financiando uma série de organizações não governamentais e iniciativas ambientais alargando o apoio financeiro às defesas ambientais. Um estudo recente concluiu que “as ONG ambientais nunca



Para antecipar melhor quais questões podem se tornar materiais no futuro, os investidores podem analisar os diferentes setores nos quais os grupos de defesa estão visando, quão bem-sucedidos estão implantando estratégias de mídia e como os fluxos de financiamento para diferentes causas ambientais e sociais estão se desenvolvendo como resultado.



foram tão bem apoiadas e as suas preocupações nunca foram tão urgentes e convincentes”. Nos últimos anos surgiram novas redes ativistas impulsionadas pela crescente frustração com a inadequação das respostas políticas. Vários investidores se reúnem regularmente com ONGs ambientais para obter uma compreensão aprofundada de suas agendas e preocupações.

Para antecipar melhor quais questões podem se tornar materiais no futuro, os investidores podem analisar os diferentes setores nos quais os grupos de defesa estão visando, quão bem-sucedidos estão implantando estratégias de mídia e como os fluxos de financiamento para diferentes causas ambientais e sociais estão se desenvolvendo como resultado.

CAPACIDADE AUMENTADA DE RESPOSTA DOS PRINCIPAIS TOMADORES DE DECISÃO

Nos últimos anos, os desenvolvimentos descritos acima têm tido uma influência mais poderosa no desencadeamento da terceira etapa do processo: Influenciando os principais tomadores de decisão que são capazes, seja pela forma como moldam a legislação ou pelas escolhas de compra que fazem, de influenciar diretamente a lucratividade de uma empresa.

A análise da evolução regulamentar, do comportamento dos consumidores e das expectativas dos trabalhadores revela uma mudança notável na sua capacidade de resposta. Os decisores políticos estão respondendo à crescente pressão e evidencia o poder das partes interessadas. As atitudes dos consumidores estão mudando. A demanda dos consumidores por produtos e serviços sustentáveis está atingindo novos picos.

Uma análise recente mostra que 72% dos consumidores europeus preferem comprar produtos com embalagens ecologicamente corretas. Globalmente, 46% dos consumidores estão dispostos a abrir mão de marcas preferidas em favor de produtos ecologicamente corretos. Cerca de 38% dos consumidores globais também indicam a disposição para pagar um prêmio por materiais ecológicos e sustentáveis.

Líderes empresariais do setor de alimentos e agricultura confirmaram que essa mudança na demanda do consumidor está tendo um impacto nos tipos de inovações que estão fazendo em produtos ofertados. Estudo recente sobre a compra de bens de consumo embalados (CPG) descobriu que os produtos sustentáveis foram responsáveis por 50% do crescimento do mercado durante esse período e representaram uma participação de 16,6% do mercado. Os consumidores estão cada vez mais usando suas decisões de compra para enviar às empresas uma mensagem sobre o imperativo de criar impacto social total positivo.

AS QUESTÕES ESG SÃO AS QUESTÕES DO C-SUITE DE HOJE E DE AMANHÃ

O talento está exigindo mais dos empregadores. Os funcionários estão cada vez optando por trabalhar para empregadores e em setores que tenham modelos de negócios sustentáveis. Uma análise recente mostra que 67% dos millennials esperam que os empregadores tenham propósito e querem que seus empregos tenham impacto social. Com os millennials e os funcionários da geração Z representando 59% da força de trabalho em 2024, as empresas precisam se adaptar às suas demandas. Essa mudança demográfica está transformando a dinâmica do ambiente corporativo, com diferentes perspectivas e abordagens para o trabalho. É fundamental observar como essas gerações coexistem e contribuem para o sucesso das organizações.

A capacidade da indústria de mineração de atrair talentos está diminuindo, por exemplo, por causa de sua reputação de sustentabilidade manchada – algo que os líderes empresariais do setor consideram um risco crescente para os negó-

cios. Nos últimos anos, também houve um aumento acentuado de funcionários ativistas, criticando publicamente seus empregadores sobre políticas climáticas, formando grupos de defesa ou apresentando propostas aos acionistas.

MAIOR ÊNFASE DOS INVESTIDORES NAS QUESTÕES ESG

Os investidores podem desempenhar um papel fundamental no processo de materialidade dinâmica. Se houver alinhamento suficiente entre os investidores sobre como avaliar o desempenho das empresas em questões ESG e essas informações forem usadas para informar a construção de portfólios, os investidores podem fazer com que certas questões ESG se tornem materiais.

De forma mais ampla, um investidor suficientemente influente que coloca ênfase pública suficiente em uma determinada questão pode fazer com que as equipes de gestão mudem sua atenção para essa questão.

Há sinais de convergência na forma como o desempenho ESG é medido. A falta geral de correlação entre as pontuações ESG das agências de classificação já está muito bem documentada. E dada a dependência contínua de tais pontuações por muitos investidores, o capital vem sendo prejudicado em sua capacidade de influenciar coletivamente múltiplos de negociação de retardatários e líderes.

Recentemente, porém, surgiram alguns sinais de convergência nas pontuações, nomeadamente na dimensão ambiental. Essa convergência entre os investidores dá às equipes de gestão corporativa mais clareza sobre como os investidores avaliarão seu desempenho atual em sustentabilidade. Investidores continuam usando sua influência para enfatizar certas questões ESG abertamente. Proprietários de ativos concederam aos gestores passivos taxas mais altas para atividades de administração. Principais gestores de ativos continuam expandindo significativamente suas capacidades de gestão. Investidores mais ativistas como fundos de pensão estão aumentando a sustentabilidade como parte de suas agendas diárias.

Algumas questões hoje em ESG ainda não são percebidas como suficientemente materiais. É prudente colocá-las em evidência no Brasil para compreendê-las como financeiramente materiais, pois sabemos que elas já o são. Esses desenvolvimentos são bem-vindos, especialmente porque significam que os investidores podem dar às equipes de gestão uma melhor orientação sobre como o desempenho ESG atual é avaliado.

ENFOQUE

Dito isso, à medida que o capital se concentra em cada vez menos mãos, a capacidade dos próprios investidores de influenciar a materialidade das questões ESG, e algumas das táticas mais públicas usadas, terá que ser observada de perto.

IMPLICAÇÕES PARA EMPRESAS E INVESTIDORES

O que se torna financeiramente material está mudando mais rápido do que nunca. Isso tem fortes implicações tanto para investidores quanto para empresas. Os investidores devem desenvolver sua capacidade de antecipar questões materiais futuras e avaliar a preparação corporativa para enfrentar os desafios sociais e ambientais. As empresas precisam desenvolver processos mais fortes para monitorar e gerenciar proativamente questões emergentes.

Para estarem preparados para essa nova era de materialidade, investidores e empresas devem se fazer as seguintes perguntas:

CINCO PERGUNTAS PARA INVESTIDORES

- 1. Desenvolvemos convicções sobre como esperamos que a materialidade financeira das questões ESG evolua por setor ou indústria? Nós os atualizamos continuamente com base em novas informações?*
- 2. Essas convicções são informadas por dados que vão além dos relatórios e das pontuações ESG das empresas, como conversas com a administração ou fontes alternativas de dados?*
- 3. Usamos nossas convicções sobre as perspectivas sobre a materialidade financeira das questões ESG para informar nossas decisões de seleção de segurança e construção de portfólio?*
- 4. Estamos, por meio de nossas atividades de stewardship, nos envolvendo com as equipes de gestão em suas estratégias para melhorar o desempenho em relação às questões que esperamos que se tornem financeiramente relevantes no futuro?*
- 5. Estamos contribuindo para esforços mais amplos para entender a materialidade dinâmica por meio dos relatórios e divulgações transparentes que fazemos sobre nossos portfólios?*

Haverá riscos de transição significativos para certos setores que os investidores precisam entender melhor.

CINCO PERGUNTAS PARA CEOS

- 1. Temos uma visão sobre quais questões ESG são, e se tornarão, materiais para o nosso negócio?*

- 2. A nossa opinião é informada por uma gama suficientemente vasta de dados e atualizamos continuamente os nossos pontos de vista com base em novas informações e desenvolvimentos ambientais e sociais?*
- 3. Nossas opiniões sobre questões materiais atuais e futuras informam nosso processo de definição de estratégia na empresa e a níveis de unidade de negócio, assim estamos sendo inovadores na forma como desenvolvemos nossos produtos e serviços?*
- 4. Estamos implementando com sucesso, alinhando a velocidade e o impacto da nossa execução às mudanças necessárias para ter um bom desempenho em relação a problemas materiais futuros?*
- 5. Estamos usando nossa visão e estratégia prospectivas em relação a futuras questões ESG materiais para nos envolvermos com investidores e outras partes interessadas, ou seja, em relatórios corporativos?*

As métricas atuais não são úteis para medir riscos futuros, uma vez que são muito estáticas e focadas no hoje. Medições prospectivas de riscos e oportunidades climáticas são essenciais.

UM MARCO DO PROCESSO: A MATERIALIDADE BASEADA EM CENÁRIOS

Até aqui forneci orientação sobre os sinais a serem procurados para identificar e gerenciar melhor as questões dinâmicas ESG e incorporá-las ao processo de tomada de decisão onde cada fator vem ganhando força com a velocidade e dinamismo da materialidade.

Entretanto, dado o volume de incertezas sobre o macroambiente que molda as expectativas da sociedade, sejam mudanças políticas, inovações tecnológicas ou mudanças ambientais, perceba que as empresas estão adotando cada vez mais uma abordagem orientada por cenários para a materialidade dinâmica. Isto implica testar o estresse de uma avaliação de materialidade em relação a um conjunto de cenários plausíveis para o futuro para determinar:

- *quais questões ESG provavelmente se tornarão mais relevantes ao longo do tempo,*
- *quais questões atualmente imateriais podem se tornar materiais e*
- *quais são altamente voláteis, ou seja, sensíveis a mudanças imprevisíveis no contexto operacional.*

Adotar esta abordagem orientada para a previsão é útil por vários motivos:

- *Transforma uma avaliação de materialidade de um exercício de relatório estático numa oportunidade de previsão estratégica. As partes interessadas internas consideram mais profundamente como o macroambiente está a impulsionar as preocupações das partes interessadas e quais os fatores que poderão reformulá-las no futuro.*
- *Ajuda as empresas a desenvolverem estratégias empresariais mais resilientes que antecipam diferentes versões do futuro e se protegem contra incertezas críticas. Isto garante que a estratégia seja desenvolvida olhando para a estrada à frente e não no espelho retrovisor.*
- *Reforça a elaboração de relatórios, ajudando as partes interessadas externas a compreender melhor como a “assinatura de materialidade” da empresa pode mudar ao longo do tempo e oferecendo garantia de que estão sendo tomadas medidas proativas para se preparar.*

OLHANDO PARA O FUTURO: UM PLANO DE AÇÃO PARA EMPRESAS E INVESTIDORES

Dada a ação contínua dos reguladores e outras partes interessadas em questões ambientais e sociais, todos os setores passarão, em diferentes graus, por transições relacionadas à sustentabilidade. Como tal, a materialidade dinâmica tornar-se-á cada vez mais importante e a inovação na forma como os investidores e as equipes de gestão abordam este tema será justificada e bem-vinda.

Quando comecei a ajudar empresas com suas avaliações de materialidade no meio da crescente consciência de injustiça sistêmica, era óbvio que muitas questões tinham se tornado mais importantes do que eram há cinco ou dez anos. Meu objetivo era explorar potenciais mudanças na materialidade ao longo do tempo e a elaboração de cenários futuros me ajudaram a considerar como estratégias ESG podem ser resilientes e evoluir num mundo de mudanças cada vez mais rápidas. Quais as questões ESG que se tornam materiais nunca foi tão dinâmico e continuei a me envolver neste tópico em relação ao seu objetivo mais amplo de apoiar as transições para um futuro mais sustentável.

Por fim, à medida que o cenário mais amplo evolui, também evolui como os investidores pensam sobre a materialidade dinâmica. À medida que essa conversa coletiva

“

Dada a ação contínua dos reguladores e outras partes interessadas em questões ambientais e sociais, todos os setores passarão, em diferentes graus, por transições relacionadas à sustentabilidade. Como tal, a materialidade dinâmica tornar-se-á cada vez mais importante e a inovação na forma como os investidores e as equipes de gestão abordam este tema será justificada e bem-vinda.

”

continua, dou-lhes as boas-vindas a um maior engajamento na identificação e liderança de oportunidades de ação compartilhada e no avanço desse importante diálogo sobre a dinâmica da materialidade. **RI**



ANTONIO EMILIO FREIRE
é CSO, Board Member e Auditor.
emilioabf@yahoo.com

A INACREDITÁVEL FRAUDE COM OS CRIs DA VIBRA

O mais importante “ativo” de um mercado de capitais que exerce a sua função econômica chama-se **credibilidade**. E esta é, com certeza, uma espécie de “ativo” que está em falta no mercado de capitais brasileiro. Eu diria, sem medo de errar, que é por isso que o mercado brasileiro vem se degenerando em um cassino, que detém volume significativo, mas, ao mesmo tempo, dirige poucos recursos para o efetivo financiamento da economia.

por **AURÉLIO VALPORTO**

Um claro reflexo dessa falta de credibilidade está no número de empresas listadas em bolsa no país, são cerca de quatrocentas, número comparável ao da bolsa da Mongólia, país que possui o 129º PIB do planeta e conta com pouco mais de 3 milhões de habitantes.

Um dos motivos, o principal, para esta falta de credibilidade, e consequente fracasso do mercado de capitais brasileiro em cumprir sua função, reside nos seguidos golpes contra investidores. Os estelionatários que atuam no mercado nacional encontram um ambiente propício e, recentemente, tanto por conta de lacunas na legislação, como por frouxidão na fiscalização, tem sido notado um grande aumento de

fraudes contra os investidores em fundos imobiliários e em certificados de recebíveis imobiliários, os CRIs.

É nesse contexto que se insere o rocambolesco, e lamentável, episódio repleto de ilegalidades que culminaram no “default” dos CRIs que tinham como lastro os recebíveis em aluguéis da Vibra Energia S/A, antiga BR Distribuidora. É deste caso que trataremos nos parágrafos que se seguem.

No dia 8 de abril de 2024, a securitizadora dos “CRIs Vibra”, a Opea Capital, publicou fato relevante informando aos detentores dos certificados de sua emissão, lastreados em aluguel do edifício sede da Vibra, conhecido como Edifício

Lubrux, que havia recebido da locatária, a própria Vibra, notificação extrajudicial que, em resumo, a cientificou de que, como a Vibra havia arrematado em hasta pública o edifício sede na qual estava instalada, deixaria de pagar os aluguéis que remuneravam os citados CRIs.

A princípio parece razoável a qualquer um que, em comprando o imóvel em que está instalada, o aluguel não seria mais devido, afinal, se a empresa agora é proprietária do imóvel (*no caso domínio útil, uma vez que o terreno é foreiro à União*) não faz nenhum sentido pagar aluguel, que seria devido para si mesma. Entretanto, como veremos, o não pagamento deste aluguel não só encerra uma série de ilegalidades como é uma grave ofensa à higidez do mercado de capitais brasileiro.

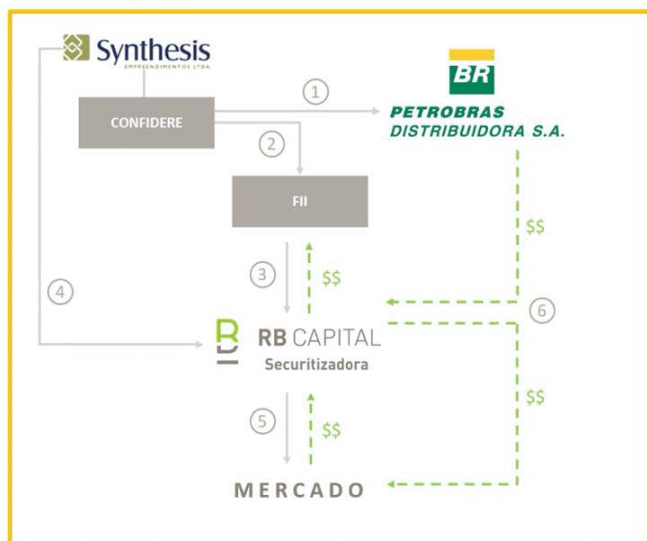
Para entendermos como esse imbróglio se formou, é necessário retornarmos às origens da operação. Em outubro de 2012, a RB Capital, atual Opea, publicou prospecto anunciando uma oferta pública de distribuição dos certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) lastreados em créditos provenientes de contrato atípico de locação firmado entre a incorporadora Confidere, como locadora, e Petrobras Distribuidora S/A, a locatária. O prospecto informou também que a locação seria referente a uma edificação construída sob medida, atendendo às especificações ditadas pela então

Petrobrás Distribuidora para se tornar a sede administrativa desta. Chamou, ainda, a atenção para o fato de que estes certificados consistem em “títulos de renda fixa no mercado de capitais com fiscalização da CVM”. Mas, considero como ponto mais relevante, a descrição da estrutura da operação, nela a securitizadora RB Capital (Opea) assevera que “Por meio do Compromisso de Venda e Compra, a Confidere se comprometeu a alienar o domínio útil dos Imóveis ao Fundo”. O Fundo, no caso, é o FII Cidade Nova, que foi preparado especificamente para esta operação.

E qual a importância desta compra do imóvel ser realizada pelo FII Cidade Nova? Por que este foi um ponto crucial para convencer os investidores a aplicarem seus recursos nesses CRIs? Para começar, trata-se de uma determinação legal (lei nº 8.668, de 1993) que existe para garantir que o imóvel fique segregado e blindado de qualquer possibilidade de penhora e outros motivos para arresto. Sendo a garantia real da operação, esta transferência do Edifício Lubrux para o Fundo era um ponto determinante para o êxito da colocação dos CRIs no mercado, justamente por se tratar de um “fator chave” para convencimento do investidor acerca da segurança do investimento. Ciente disso, a securitizadora faz acreditar que tal alienação do imóvel objeto ocorreu, porque ainda hoje persiste em seu site informação asseverando que esta transferência foi concluída.



Estrutura da Operação



1. A Confidere firmou um contrato de locação built-to-suit com a BR Distribuidora, em que a Confidere se comprometeu a construir um imóvel e a BR Distribuidora se comprometeu a pagar aluguéis ao FII
2. A Confidere alienou o domínio útil do imóvel ao FII
3. O FII cedeu os créditos imobiliários decorrentes do contrato de locação à Opea Securitizadora (anteriormente denominada RB Capital)
4. Como garantia ao pagamento dos créditos imobiliários, a Synthesis, proprietária da Confidere concedeu fiança corporativa à Opea Securitizadora
5. A Opea Securitizadora emitiu série de CRIs lastreada nos créditos imobiliários e contratou o Coordenador Líder para distribuição dos CRI no mercado de capitais. Com os valores arrecadados com a distribuição, a Opea Securitizadora efetuou o pagamento pelo valor de cessão à vista
6. Periodicamente a BR Distribuidora efetua o pagamento dos aluguéis a Opea Securitizadora, que por sua vez repassa aos investidores do CRI



O que chama a atenção é que a saída deveria ocorrer para que o imóvel fosse adquirido pelo Fundo, no entanto, o que está registrado é uma absurda compra de “benfeitorias em imóveis de terceiros”! E é desta forma que está registrado também no balanço do exercício. Onde deveríamos encontrar, no ativo permanente, o Edifício Lubrax, encontramos novamente, no ativo não circulante, as tais “benfeitorias em imóveis de terceiros”.



Se no prospecto de lançamento dos CRIs há a informação de que a Confidere se comprometeu a alienar o imóvel ao Fundo Imobiliário e a OPEA (RB CAPITAL) confirma que essa alienação ao FII ocorreu, na seção “Fatores de Risco” do prospecto não é mencionado qualquer risco de penhora, afinal o imóvel estaria “blindado”, uma vez transferido ao FII, conforme previsto em lei. Como se não bastasse, o próprio regulamento do Fundo deixa claro que o Edifício LUBRAX é seu único objeto imóvel.

O compromisso de Venda e Compra anunciado no prospecto de lançamento dos CRIs foi disponibilizado ao público investidor à época. Neste documento a Confidere se apresenta como promitente vendedora e o FII Cidade Nova como promitente comprador. Assinaram como fiadores a sócia majoritária da Confidere, a Synthesis Empreendimentos Ltda e seu sócio majoritário Paulo Mancuso Tupinambá, que, em termos práticos, é o “dono” da Synthesis e da Confidere.

Assinaram ainda como intervenientes anuentes a própria securitizadora, a RB Capital (atual Opea) e a gestora do fundo, que é ninguém menos que a RB Capital Investimentos, pessoa jurídica que além de usar o mesmo nome da securitizadora também compartilhava o mesmo endereço.

A edificação foi entregue à BR Distribuidora (Vibra) dentro do cronograma e os aluguéis mensais começaram a ser cobrados a partir de julho de 2013. A vigência prevista em contrato seria de 216 meses (18 anos) com previsão de pagamento da última parcela para julho de 2031, após o que a locatária (Vibra) teria a opção de adquirir o imóvel por 80% do valor de mercado, conforme definido no contrato atípico de Locação e constante na cláusula 3.1.1 do regulamento do FII Cidade Nova. Os recursos seriam revertidos então para os cotistas e detentores de CRIs.

O fluxo de caixa do Fundo, referente a 2013, arquivado na CVM, indica a entrada de cerca de R\$ 450 milhões provenientes da securitizadora (venda dos CRIs) e a saída de montante semelhante a título de “AQUISIÇÃO DE BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS”. Basicamente, todos os recursos que entravam, saíam, mas o que chama a atenção é que a saída deveria ocorrer para que o imóvel fosse adquirido pelo Fundo, no entanto, o que está registrado é uma absurda compra de “benfeitorias em imóveis de terceiros”! E é desta forma que está registrado também no balanço do exercício. Onde deveríamos encontrar, no ativo permanente, o Edifício Lubrax, encontramos novamente, no ativo não circulante, as tais “benfeitorias em imóveis de terceiros”.

CIDADE NOVA FUNDO DE IN
15.652.5
(Administrado por GDC Partn
CNPJ:10.74

Balanco patrim
fundo em 31 de d
(Valores expressos e

ATIVO		Notas	31/12/2013	% PL
Circulante				
Disponibilidades			30	(1)
Impostos à compensar			30	(1)
Adiantamento a fornecedores			-	-
Outras Contas a Receber			-	-
Ativo circulante			60	
Ativo não circulante				
Benfeitorias em imóveis de terceiros			448.779	(8.836)
			448.779	(8.836)
Total do ativo			448.839	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As “notas explicativas”, que poderiam ser esclarecedoras, não existem, embora citadas no rodapé das demonstrações, o “parecer do auditor independente” referente ao exercício

de 2013, arquivado na CVM, é uma folha em branco e o “relatório da instituição administradora” nada esclarece acerca da não transferência do imóvel para o FII Cidade Nova e muito menos acerca da curiosa classificação contábil. O que significa ser proprietário de multimilionárias “benfeitorias em imóveis de terceiros” sem possuir qualquer escritura ou registro de imóvel? Pelo que verificamos, essa “aquisição” significa, em verdade, que o FII Cidade Nova enviou uma fortuna para a Confidere sem levar a cabo a compra do imóvel!

A última demonstração contábil do FII Cidade Nova arquivada na CVM é relativa a outubro de 2020, nela encontramos listado em seu ativo R\$ 530,7 milhões sob a rubrica “Direitos Reais sobre Bens Imóveis”. A essa altura o que era “aquisição de benfeitorias em imóveis de terceiros” havia se transformado em “direitos reais”. Os direitos reais sobre bens imóveis estão previstos no Código Civil Brasileiro, bem como em legislações específicas, que tratam, entre outros, da alienação fiduciária sobre bem imóvel. A propriedade, por exemplo, é o direito real por excelência, dado que reúne todos os aspectos sobre a coisa imóvel, bem como o domínio útil, já a hipoteca, a anticrese e a alienação fiduciária são direitos reais de garantia sobre bens imóveis. Como a garantia não é um ativo si (ativo seria a quantia recebível que está sendo garantida) o que a demonstração contábil estava informando ao público investidor é que o imóvel, Edifício Lubrax, teria sido adquirido pelo Fundo, o que é uma mentira que induziu investidores ao erro.

De fato, a despeito da lei 8.668 determinar que o imóvel fosse transferido para o FII, a despeito da OPEA securitizadora afirmar que esta transferência foi consumada, sob a forma de alienação, o Edifício Lubrax jamais foi transferido da incorporadora Confidere para o Cidade Nova Fundo de Investimento Imobiliário e sequer foi hipotecado ao Fundo. Uma fortuna saiu do Fundo sem ter qualquer contrapartida, apenas para ilustrar, R\$ 450 milhões, em 2013, equivaliam a cerca de US\$ 220 milhões, considerando que a inflação em Dólar dos EUA de dezembro de 2013 a junho de 2024 medida pelo CPI (Consumer Price Index) está na casa dos 35%, essa quantia equivale, hoje, a algo em torno de US\$ 300 milhões.

Ocorre que, conforme a ABRADIN investigou, descobriu e denunciou à CVM, o FII Cidade Nova sempre teve UM e apenas UM cotista. Esse único cotista então definia tudo que o Fundo fazia, indicando a instituição administradora bem como a gestora. E quem é esse único cotista? Confidere OGB! Isso mesmo, a Incorporadora proprietária do imóvel



As “notas explicativas”, que poderiam ser esclarecedoras, não existem, embora citadas no rodapé das demonstrações, o “parecer do auditor independente” referente ao exercício de 2013, arquivado na CVM, é uma folha em branco e o “relatório da instituição administradora” nada esclarece acerca da não transferência do imóvel para o FII Cidade Nova e muito menos acerca da curiosa classificação contábil.



era também a única cotista do FII Cidade Nova! Então, o que tivemos o tempo todo era a Confidere fazendo negócios com ela mesma, definindo o destino dos recursos amealhados dos investidores em CRIs, e o “dono” da Confidere é Paulo Mancuso Tupinambá. Ao final era então Paulo Mancuso Tupinambá controlando todo o destino dos recursos.

Cabe aqui observar que o regulamento do FII Cidade Nova, disponibilizado ao público, veda que tanto os sócios do empreendimento quanto a incorporadora seja cotista do Fundo, quanto mais ser a única cotista, conforme definido na cláusula 1.1.1, reproduzida a seguir:

1.1.1. As Cotas emitidas pelo Fundo não poderão ser subscritas ou adquiridas no mercado pelo incorporador, construtor ou sócio dos empreendimentos imobiliários investidos pelo Fundo ou por pessoas a eles ligadas.

A esta altura creio que já está claro para o leitor que foi justamente o fato de o imóvel permanecer sob a propriedade da incorporadora Confidere OGB que permitiu que ele fosse penhorado e posto à venda através de leilão judicial. E esta penhora ocorreu porque a Confidere havia ficado



A Confidere não está falida e sequer em RJ, mas nenhum valor foi encontrado nas suas contas, nas da Synthesis ou nas de seu sócio, Tupinambá, o que levou à penhora do Edifício Lubrax. Além disso, qualquer interessado poderia saldar as pífias dívidas da Confidere para evitar o leilão judicial, principalmente a própria securitizadora ou o agente fiduciário, mas não o fizeram. É estranho também que este processo, de profundo interesse dos “crizistas”, tenha corrido sob sigilo de justiça.



inadimplente justamente com o proprietário do domínio útil do terreno onde foi erigido o Edifício Lubrax, José Rômulo Dantas. A Ação de Execução de Título Extrajudicial foi proposta originalmente por José Rômulo Dantas em julho de 2019 em face de Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda, Synthesis Empreendimentos Ltda e também em face do “dono” destas, Paulo Mancuso Tupinambá. E esta ação possui valor inacreditavelmente pífio, nela José Rômulo Dantas cobrou R\$ 1,5 milhão à Confidere, além disso é baseada em mera confissão de dívida.

A Confidere não está falida e sequer em RJ, mas nenhum valor foi encontrado nas suas contas, nas da Synthesis ou nas de seu sócio, Tupinambá, o que levou à penhora do Edifício Lubrax. Além disso, qualquer interessado poderia saldar as pífias dívidas da Confidere para evitar o leilão judicial, principalmente a própria securitizadora ou o agente

fiduciário, mas não o fizeram. É estranho também que este processo, de profundo interesse dos “crizistas”, tenha corrido sob sigilo de justiça.

Além dos fatos suspeitos, temos, até aqui, um claro ponto não só de ilegalidade, mas de fraude contra os investidores nos CRIs, que foram induzidos, através de informações falsas, a crer que o imóvel havia sido transferido para o FII Cidade Nova. Além da Confidere e da securitizadora OPEA, chamamos a atenção para três outros importantes agentes que deveriam zelar pelo cumprimento da lei: a administradora do Fundo, o agente fiduciário e a instituição gestora.

No Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda quem assina pela parte promitente compradora, o FII Cidade Nova, é a administradora deste, à época o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM. No entanto, ainda em 2013, o Fundo teve seu administrador substituído pela GDC Partners DTVM, em AGE do cotista. Mas em 2015, a instituição responsável já era outra, a InTrader DTVM Ltda. Portanto, o FII Cidade Nova teve três instituições administradoras que tiveram a oportunidade de cumprir com suas obrigações legais e exigir que o contrato em que o FII figura como promitente comprador fosse cumprido.

A lei 8.668 preconiza que “os Fundos de Investimento Imobiliário serão geridos por instituição administradora autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários”. As atribuições da administradora são claramente definidas, destaco dois pontos: 1) “O patrimônio do Fundo será constituído pelos bens e direitos adquiridos pela instituição administradora em caráter fiduciário” e 2) “administrará os bens adquiridos em fidúcia, respondendo em caso de má gestão, gestão temerária, conflito de interesses, descumprimento do regulamento do fundo...”, está claro que houve descumprimento do regulamento do fundo, ao não adquirir o imóvel, e na minha opinião as administradoras também deixaram de cumprir com as outras determinações legais.

Além da administradora, teria havido omissão do agente fiduciário, que no caso foi a Pentágono S.A. DTVM. O artigo 11 da Resolução CVM Nº 17 define os deveres do agente fiduciário, sem prejuízo de outros deveres previstos em lei específica ou na escritura de emissão. Entre esses deveres temos: 1) “verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas na escritura de emissão, no termo de securitização de direitos creditórios ou no instrumento equivalente”; 2) “fiscalizar

o cumprimento das cláusulas constantes na escritura de emissão...”; 3) “comunicar aos titulares dos valores mobiliários qualquer inadimplemento, pelo emissor, de obrigações financeiras assumidas na escritura de emissão, no termo de securitização de direitos creditórios ou em instrumento equivalente, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos titulares dos valores mobiliários e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pelo emissor” e 4) “verificar os procedimentos adotados pelo emissor para assegurar que os direitos incidentes sobre os valores mobiliários, ativos financeiros, ou instrumentos contratuais que lastreiem operações de securitização, inclusive quando custodiados ou objeto de guarda por terceiro contratado para esta finalidade, não sejam cedidos a terceiros”.

Não podemos deixar de citar a responsabilidade da gestora do FII. Cabe à instituição gestora a gestão e aplicação dos recursos financeiros do Fundo, que no caso do FII Cidade Nova, o objetivo era quase único, conforme definido no seu regulamento: adquirir o Edifício Lubrax. E é nesse contexto que a instituição gestora, na qualidade de interveniente anuente, assina o Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Bens Imóveis e Outras Avenças, celebrado entre Confidere e o FII Cidade Nova. Lembrando aqui que a instituição gestora é a RB Capital Investimentos, braço da securitizadora, atual Opea.

Como já vimos, o FII Cidade Nova recebeu e repassou para a “compra de benfeitorias em imóveis de terceiros”, apenas em 2013, mais de R\$ 450 milhões, basicamente recursos advindos da emissão de CRIs pela RB Capital (Opea), mas quanto custou para ser construído o Edifício Lubrax? O Contrato Atípico de Locação firmado entre Confidere e BR Distribuidora, na cláusula que trata do seguro, estipula que o custo total para a reconstrução do imóvel é de R\$ 167 milhões. Já em documento enviado pela gestora do FII Cidade Nova a sua administradora, então a GDC Partners, foi informado que o custo total teria sido de R\$ 217 milhões.

Como pode o FII ter recebido mais do que o dobro do valor de custo do Edifício Lubrax, e não fazer a compra do imóvel, conforme estabelecido em lei, previsto no contrato assinado entre Confidere e o Fundo e anunciado pela securitizadora? Como podem todos os envolvidos, além da óbvia Confidere e seu sócio majoritário, as administradoras do fundo, especialmente a última, a InTrader DTVM, a gestora do fundo, e a própria OPEA Securitizadora, permitirem que o imóvel fosse posto em hasta pública quando os valores das dívidas a serem saldadas eram absolutamente irrelevantes

frente ao que foi arrecadado em CRIs e ao valor do imóvel?

Também causou especial estupefação a este escriba leitura da matrícula 39.911 referente ao imóvel objeto desta operação. Neste documento a averbação 16 informa que em dezembro de 2011 (portanto um ano antes da securitização promovida pela RB Capital) foi feita uma emissão de CRIs pela securitizadora Nova Securitização S/A, lastreados no mesmo aluguel do Edifício Lubrax pela Confidere à BR Distribuidora, captando R\$ 83,5 milhões e tendo a mesma Pentágono DTVM como agente fiduciário. O prazo seria de 216 meses, a contar de 11 de julho de 2013, para “casar” com o início de pagamentos do Contrato Atípico assinado entre Confidere e BR Distribuidora. Entretanto, o que causou surpresa mesmo foi o registro seguinte, o R.17-HIPOTECA. Este é o registro de hipoteca do imóvel à Nova Securitização S/A!

Ou seja, havia sido feita uma securitização anterior para financiar a construção do imóvel, e este havia sido hipotecado em garantia desta securitização! Entretanto, quando estava para ficar pronto, ficou claro que poderiam ser captados volumes muito maiores com uma nova emissão de CRIs, uma vez que o valor do aluguel era excelente para a locadora, a Confidere. Para viabilizar a nova emissão, a primeira, feita com a Nova Securitização S/A, foi cancelada em 28 de janeiro de 2013, junto com o cancelamento da hipoteca que garantia esta emissão de CRIs. Isso significa que a Confidere quitou suas obrigações com a securitizadora anterior, provavelmente com os recursos advindos da securitização subsequente. Observemos que tanto o prospecto quanto a publicidade da securitização feita pela RB Capital (OPEA) já estavam sendo publicados em outubro de 2012.

Interessante notar que a Pentágono participou da securitização anterior como agente fiduciário, e nesta, como vimos, a hipoteca do imóvel ao emissor foi realizada. Esta mesma Pentágono é agente fiduciário e custodiante da securitização feita pela RB Capital, mas falhou ao exigir que o imóvel fosse incorporado ao FII Cidade Nova. Por sua vez, a securitizadora RB Capital, ao invés de agir como a Nova Securitização S/A, que exigiu a hipoteca do imóvel para emitir os CRIs, criou de uma estrutura mais complexa, em que ela emitiu uma Cédula de Crédito Imobiliário Fracionária, sem a garantia real do imóvel, mas lastreada nos créditos imobiliários, que seriam os recebíveis em aluguéis. Ao não exigir a hipoteca do Edifício Lubrax e lastrear os CRIs em mera “Cédula de Crédito Imobiliário”, a RB Capital deixou estes CRIs sem garantia real diretamente a eles vinculada. Este fato acabou por facilitar que ocorressem as fraudes perpetradas através do FII Cidade Nova.



A evolução do mercado de capitais brasileiro, na direção de cumprir sua finalidade econômica, depende, como vimos no início deste artigo, de credibilidade, e esta depende da enérgica e rápida atuação das instituições públicas.



Não resta dúvida de que se trata de um péssimo contrato de locação para a BR Distribuidora. Depois de pagar diversas vezes o valor do imóvel em aluguéis, teria o direito de comprá-lo por 80% do valor de mercado, conforme prevê o contrato atípico. Este contrato, no meu entender, deveria ser investigado, uma vez que esta operação ocorreu no período em que Nestor Cerveró ocupava a diretoria financeira da BR Distribuidora e, em delação premiada, Cerveró confessou ter firmado diversos contratos fraudulentos. Os indícios apontam na direção de este poderia ser um deles.

Entretanto, ainda que este contrato não seja vantajoso para a BR Distribuidora, atual Vibra, ele não pode ser quebrado vitimando os detentores de CRIs, que não possuem absolutamente nenhuma culpa pela natureza do contrato. Ainda que ela tenha arrematado o Edifício Lubrax em leilão, o fez por R\$ 127,1 milhões, isso seria menos da metade da avaliação de mercado que, segundo a 19ª Vara Cível de São Paulo, valeria R\$ 266,4 milhões.

E qual foi o motivo que permitiu que a Vibra adquirisse em hasta pública por menos da metade desta avaliação? Isso só ocorreu porque edital deixou claro que quem quer que arrematasse o Edifício Lubrax, somente iria poder usufruir de alguma forma do imóvel após o término do contrato de atípico de locação, em julho de 2031. Dadas as restrições impostas pelo edital ao comprador, é evidente que nenhum outro se apresentaria, que não a própria Vibra. Então ela se beneficiou do próprio contrato de locação atípico para arrematar o imóvel por menos da metade do preço de mercado e, em seguida, quebrou este mesmo contrato. Se tivesse sido quebrado antes da ocorrência do leilão e a Vibra pudesse ser despejada, certamente haveria forte concorrência pela aquisição do imóvel e este jamais seria arrematado pelo preço vil que foi. Sempre

lembrando que após o término da vigência da locação, em julho de 2031, o contrato atípico concede à Vibra o direito de exercer a opção de comprar a edificação por 80% do valor de mercado, ela comprou por menos da metade.

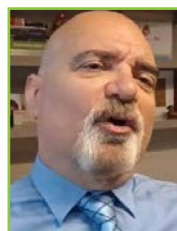
Quando a BR Distribuidora foi privatizada, em 2019, todas as questões, inclusive este contrato de locação, estavam postos na precificação. Então não cabe aos acionistas compradores alegarem que este aluguel não condiz com seu fluxo de caixa projetado, porque ele não era oculto, se tratava de informação pública e, portanto, fazia parte da projeção e, consequentemente, da precificação da empresa.

De início, resta claro que este calote contra o mercado e contra os detentores de CRIs tem dois grandes beneficiados: a Vibra e a Confidere. Por quê? A Vibra obviamente porque comprou o imóvel pelo equivalente a menos de 24 meses de aluguéis, quando faltavam ainda 87 meses de prestações do contrato atípico para pagar, e depois, se quisesse, poderia comprá-lo por 80% do valor de mercado. Já a Confidere porque deve receber mais de R\$ 110 milhões, que será a quantia que sobrarão depois de pagar as pífias dívidas que originaram a penhora, acrescidas de juros e correção, comissão de leiloeiro, etc.

É indispensável que a legislação seja aprimorada, não é admissível que as garantias reais tenham valor menor que os certificados imobiliários que garantem. Não é admissível que manobras, como as que vimos neste caso, para perpetrar uma fraude contra os investidores, sejam possíveis de acontecer.

É primordial que a autarquia reguladora, a CVM, e o judiciário cumpram a sua função na sociedade, apurem e punam, de forma pedagógica, os responsáveis pelas fraudes que resultaram no “default” dos “CRIs Vibra”, além de procurar ressarcimento para os seus investidores.

A evolução do mercado de capitais brasileiro, na direção de cumprir sua finalidade econômica, depende, como vimos no início deste artigo, de credibilidade, e esta depende da enérgica e rápida atuação das instituições públicas. **RI**



AURÉLIO VALPORTO

é economista, presidente da ABRADIN - Associação Brasileira de Investidores. contato@abradin.org.br

14^o

ENCONTRO ABRASCA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte

REALIZAÇÃO


abrasca



Novidades em Contabilidade e Auditoria

 30/set - Presencial

 01/out - 100% Online

 Hotel Blue Tree Faria Lima
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3989,
São Paulo – SP

PATROCINADORES

blendON

 bradesco

 Grant Thornton

 PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

 pwc

SUMAQ

THE MEDIA GROUP

ECONÔMICO
Valor

ORGANIZAÇÃO

 SB Eventos

APOIO ESPECIAL

 ASSAI
ATACADISTA

natura

PARCEIROS DE MÍDIA

 ACIONISTA

 RI

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP / ABVCAP / ANCORD / APIMEC BRASIL
FACPCS / IBEF SP / IBRACON / IBRI

OS REMÉDIOS & OS EFEITOS COLATERAIS NO MERCADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PARA O SETOR IMOBILIÁRIO

O mês de fevereiro de 2024 começou com novidade que surpreendeu o mercado de capitais. O Conselho Monetário Nacional publicou duas resoluções que trouxeram mudanças com impacto direto para o setor imobiliário, tanto na questão de emissão de títulos quanto de valores, mobiliários, regulados respectivamente pelo BC – Banco Central do Brasil e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Estas resoluções alteram os lastros, entre outros pontos menos impactantes para as emissões de CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários, LCI – Letras de Crédito Imobiliário e as LIG – Letra Imobiliária Garantida. Alterou também as regras para emissão de CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio e LCA – Letra de Crédito do Agronegócio. Mas nossa conversa se restringirá ao setor imobiliário.

por **MARA LIMONGE**

Precisamos fazer algumas reflexões e voltar no tempo para entender melhor o que motivou em parte a mudança de rumos.

Começando pelos valores mobiliários, os primeiros CRIs tinham várias restrições quanto à possibilidade de securitização, incluindo performance – habite-se – dos imóveis que lastreavam as operações, o “*use of proceeds*”, ou seja, os recursos resultantes da captação deveriam ser necessariamente

para financiamento da obra ou reembolso de obra. Enfim, algumas exigências que tornavam por representar entraves ao crescimento e dificultavam este mercado a decolar. Naquele momento, boa parte do setor não estava pronto para as informações e estruturas exigida pelos investidores e reguladores.

Com objetivo de fomentar o mercado e tornar estes títulos mais populares, a cada nova regulação, alguma flexibiliza-

ção ocorreu até que o objetivo de financiar obras não precisava mais ser o motivo da captação.

Esses papéis, negociados em balcão e registrados na B3, oferecem uma vantagem, isenção de IR sobre os seus rendimentos. Investidores pessoas físicas definidos como qualificados ou profissionais segundo a CVM, entenda-se, alta renda, passaram a ser os principais investidores. Mas a popularização dos FII - Fundos de Investimentos Imobiliários mudaram esse cenário. Isto porque, os FII podem investir em volumes bilionários e por isso diversifica o risco, tem o gestor acompanhando todos os créditos diariamente e o pequeno investidor tem liquidez o tempo todo, dado que a cota é negociada em bolsa. Os entraves que tornavam o papel atrativo para a alta renda se popularizou e cresceu.

E no mercado de capitais, se há investidor com volume importante, é para este produto que a atenção dele se volta. A partir de 2021, esses títulos passaram a ser mais representativos no mercado, sendo que os volumes chegaram a R\$ 46 bilhões no ano de 2022 e R\$ 41 bilhões em 2023, representando 10% e 11% do volume das emissões de dívidas do mercado local de cada ano. Cumpriu o papel de popularizar, mas com a flexibilização das regras, o objetivo inicial de financiar o desenvolvimento imobiliário perdeu força. Metade das emissões não estavam lastreadas em imóveis – popularmente conhecidos como CRIs de tijolo, mas baseados em outros lastros, como debêntures do setor imobiliário, aluguel, etc, ou CRIs de papel.

Do ponto de vista de utilidade, toda flexibilização foi de fato necessária. Alcançou o objetivo de popularizar o investimento, e à medida que estava se perdendo na função de fomentar o mercado imobiliário, a mudança da regra de fato fez sentido. Inicialmente o mercado de capitais ficou apreensivo, mas o fato é que, passados alguns meses, pequenas empresas do mercado imobiliário que tinham dificuldade de acessar o recurso do mercado de capitais se prepararam, organizaram suas informações e o mercado continuou. Volume emitido até julho de 2024, chega aos R\$ 50 bilhões, recorde em relação aos outros anos e concentrado nos CRIs de tijolo. Remédio indicado com sucesso. Essa foi minha leitura desde a publicação da resolução para os valores mobiliários e divulgada publicamente através da APIMEC Brasil.

Ainda sobre os CRIs, tem uma questão que pode ter um efeito colateral a ser ajustado. As tesourarias das instituições financeiras que fazem crédito com garantia de imóvel usam também a securitização como forma de compor o seu funding. Para o investidor é importante que a instituição



Sobre os CRIs, tem uma questão que pode ter um efeito colateral a ser ajustado. As tesourarias das instituições financeiras que fazem crédito com garantia de imóvel usam também a securitização como forma de compor o seu funding. Para o investidor é importante que a instituição que está cedendo (entenda-se, vendendo) a carteira, fique com parte dos recebíveis em uma cota subordinada. Isso, na visão do investidor, demonstra que está comprometida e confortável com o nível de risco da carteira.



que está cedendo (entenda-se, vendendo) a carteira, fique com parte dos recebíveis em uma cota subordinada. Isso, na visão do investidor, demonstra que está comprometida e confortável com o nível de risco da carteira. Em jargão de mercado, “*skin in the game*”. A resolução inibiu esta possibilidade. Remédio a ser avaliado.

Mas calma, dividimos essa conversa em valores mobiliários e títulos, certo? Então, tem a questão das emissões, onde o efeito colateral foi um pouco mais complicado.

Do ponto de vista do desenvolvimento, o remédio mostrou-se bom e os resultados para o financiamento à construção são nítidos. Da compra do terreno até a construção e habite-se do imóvel, o dinheiro está disponível para grandes e pequenos, através do CRI e do FII com prazos médios em torno de 5 anos.



Os financiamentos imobiliários já superaram os volumes da poupança, então a LCI, no ranking de menor custo, passa a ser a captação mais importante no mix desse custo. O investidor da LCI tem o mesmo benefício tributário do CRI, com o conforto de que Emissor é uma instituição financeira e em geral, esse investidor também privilegia a liquidez, ou seja, investe a curto prazo.



Mas para o comprador final do imóvel, 5 anos é curtíssimo prazo. Ele precisa de até 30 anos de financiamento para concluir o pagamento de seu sonho. É aí que entra a segunda reflexão.

Vamos ao ponto: Um financiamento imobiliário nos níveis das taxas de juros atuais, custa para o tomador final uma taxa quase igual ao título público – na teoria das carteiras “ativo livre de risco”. Sim, um financiamento de imóvel custa o mesmo que o menor risco do país. Então como as tesourarias que tem seu custo em CDI conseguem emprestar a este preço? Simples, e de uma maneira muito resumida, porque a conta é complexa: os depósitos de poupança são direcionados para financiamento imobiliário, o SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. As tesourarias fazem um mix de recursos a custos baixos para chegar na taxa final do financiamento imobiliário.

E aí chegamos no efeito colateral. Vamos aos lastros dos títulos emitidos pelos bancos. Tanto LCI quanto LIG são lastreadas em uma carteira de crédito imobiliário para suas emissões. Necessariamente deverá ter uma operação imobiliária para que seja emitida uma LCI ou uma LIG. Na hipótese da instituição que tenha emitido um dos dois títulos use o recurso captado para outra finalidade, automaticamente a engrenagem trava, certo? Então, é um ciclo que se repete em que a instituição empresta com lastro imobiliário, emite o título e assim sucessivamente, usando recursos da poupança, LCI, LIG, FGTS, e assim segue a sopa de letrinhas.

Os financiamentos imobiliários já superaram os volumes da poupança, então a LCI, no ranking de menor custo, passa a ser a captação mais importante no mix desse custo. O investidor da LCI tem o mesmo benefício tributário do CRI, com o conforto de que o Emissor é uma instituição financeira e em geral, esse investidor também privilegia a liquidez, ou seja, investe a curto prazo. Até a publicação nas novas regras, a LCI tinha liquidez em 90 dias, e passou a ter esse prazo de 12 meses. Para o poupador que precisa desse recurso a curto prazo, caminhos como os CDBs ou outros investimentos com liquidez foram a solução.

Com isso, no mesmo mês da publicação das normas os volumes desses títulos caíram pela metade a média dos custos de captação de 93,7% do CDI para 95,2% do CDI. Remédio aparentemente tem efeito colateral.

E no momento em que concluí esse texto, 22 de agosto, nova norma foi publicada pelo Banco Central, alterando o prazo mínimo das LCIs de 12 para 9 meses. Vamos aguardar para avaliar os efeitos colaterais com o novo cenário. **RI**



MARA LIMONGE
é Vice-Presidente da APIMEC Brasil.
limonge.mara@gmail.com



Seminário Internacional FACPCS

Normas Internacionais de Contabilidade e de Sustentabilidade

Créditos nos programas de educação profissional continuada

APIMEC Brasil - 8 créditos | IBGC - 4 créditos | CFC - 6 créditos

Data e Local

Data: 30/10/2024 (quarta-feira) Horário: 8:00 hs às 18:00 hs

Local: Evento híbrido, em plataforma digital fechada e parte presencial, limitada, no CRC-SP, na Rua Rosa e Silva, 60 - Santa Cecília, São Paulo - SP.
O evento contará com tradução simultânea inglês/português

Programação

8:00 hs - Credenciamento

8:30 hs - INÍCIO

■ Haroldo R. Levy Neto - Coordenador Geral - XXI Seminário Internacional FACPCS

8:40 hs - ABERTURA

■ Palestrante: João Carlos Castilho Garcia - Presidente - CRCSP

■ Palestrante: Sebastian Yoshizato Soares - Presidente do Conselho Curador - FACPCS

■ Palestrante: Aécio Prado Dantas Júnior - Presidente - CFC

■ Palestrante: José Luiz Ribeiro de Carvalho - Presidente - GLENIF/GLASS

9:10 hs - HOMENAGENS

9:30 hs - 1º Painel: IFRS 18 - Demonstrações Primárias

■ Palestrante: Patrick Matos - Diretor de Contabilidade - Natura & Co e Membro do Fórum Global de Preparadores - IFRS Foundation

■ Palestrante: Edison Fernandes - Membro - GT IASB/CPC e Comissão de Demonstrações Contábeis/APIMEC Brasil

■ Moderador: Christian Canezin - Sócio de Audit & Assurance e National Professional Practice Director (NPPD) - Deloitte

10:30 hs - DEBATES

11:00 hs - COFFEE BREAK

11:30 hs - 2º Painel: IFRS S1 e S2 - Implementação e vantagens

■ Palestrante: Eduardo Flores - Coordenador Técnico - CPC e IBRACON

12:30 hs - DEBATES

13:00 hs - ALMOÇO

14:20 hs - 3º Painel: FICE - Instrumentos Financeiros com Características de Equity; Equivalência Patrimonial e visão geral dos projetos do IASB

■ Palestrante: Tadeu Cendon - Board Member - IASB

■ Palestrante: Rogério Mota - Coordenador Técnico - CPC e IBRACON

15:20 hs - DEBATES

15:50 hs - COFFEE BREAK

16:10 hs - 4º Painel: Informações sobre sustentabilidade e seus reflexos nas demonstrações: o que contabilizar e o que divulgar?

■ Debatedor: Leandro Ardito - Coordenador de Relações Internacionais - CBPS

17:10 hs - DEBATES

17:35 hs - ENCERRAMENTO

■ Palestrante: João Pedro Barroso do Nascimento - Presidente - CVM

■ Palestrante: Edison Arisa Pereira - Presidente - FACPCS

■ Haroldo R. Levy Neto - Coordenador Geral - XXI Seminário Internacional FACPCS

18:00 hs - FIM

Inscrições abertas no site: www.eventos.facpcs.org.br

Investimento - Participação Online	Até 30/09/2024	Até 25/10/2024
Professores e Estudantes	R\$ 219,45	R\$ 231,00
Associado das entidades membro da FACPCS, Colaboradores dos Patrocinadores e Assinantes dos Apoiadores de Divulgação	R\$ 517,28	R\$ 544,50
Associado dos Apoiadores	R\$ 867,35	R\$ 913,00
Outros participantes	R\$ 1.442,10	R\$ 1.518,00
Investimento - Participação Presencial	Até 30/09/2024	Até 25/10/2024
Professores e Estudantes	R\$ 380,00	R\$ 400,00
Associado das entidades membro da FACPCS, Colaboradores dos Patrocinadores e Assinantes dos Apoiadores de Divulgação	R\$ 760,00	R\$ 800,00
Associado dos Apoiadores	R\$ 1.187,00	R\$ 1.900,00
Outros participantes	R\$ 1.900,00	R\$ 2.000,00



INTERESSADOS EM PATROCINAR O EVENTO PODEM ENTRAR EM CONTATO PELO E-MAIL: SEMINARIOFACPCS@FACPCS.ORG.BR

Realização



Organização



Suporte



Apoio Operacional



Apoio de Divulgação



Coordenação

Ana Tércia Lopes Rodrigues, Carl Douglas, Edison Arisa, Eduardo Flores, Guillermo Braunbeck, Haroldo R. Levy Neto, Leandro Ardito, Rogério Mota, Verônica Souto Maior, Zulmir Breda

Patrocínio Master



Patrocínio Sênior



Patrocínio Pleno



Apoio Institucional

ABAI | ABEL | ABRACON | ABRACONEE | ABVCAP | ANCORD | ANEFAC | ANPCONT | CRA-SP | FEA-RP/USP | FUNDACE | IBEF-SP | SINDCONT-SP

COMPANHIAS ABERTAS

& OFERTAS PÚBLICAS

PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO
NO MERCADO DE CAPITAIS



Os anos de 2022, 2023 e 2024 têm sido desafiadores para as companhias abertas no Mercado de Capitais no Brasil, com uma ausência de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) e uma redução expressiva no número de *follow-ons* neste período. Este fenômeno pode ser explicado por razões macroeconômicas, tanto na esfera nacional quanto no ambiente global. Razões que, inclusive, permeiam os debates relacionados à questão das taxas de juros em todo o mundo.

por **JOÃO PEDRO NASCIMENTO**

Em nossa coluna publicada no mês de agosto de 2023, aqui, na Revista RI, eu tive o privilégio de redigir sobre “Janelas de Oportunidade”, de maneira a demonstrar que o Mercado de Capitais tem importância tanto no contexto de juros baixos quanto no ambiente de juros considerados altos. Reforço, a seguir, alguns dos conceitos explorados naquela ocasião.

O Brasil e demais países do globo adotaram medidas de intervenção econômica, com auxílios e políticas de assistência social, na conjuntura do enfrentamento da pandemia do Covid-19. Como consequência, tanto em nosso país quanto em diversas nações, elevou-se o custo do capital. Na esteira, a inflação tornou-se um desafio. Com isso, medidas foram adotadas para conter movimentos inflacionários.

A partir de um trabalho tecnicamente conduzido, o Banco Central do Brasil antecipou tendências que lhe permitiram controlar a inflação e lhe renderam reconhecimentos internacionais. A política de juros iniciada no Brasil naquela oportunidade indicou a relevância de direcionar radares a questões macroeconômicas e, ainda, a pontos voltados ao arcabouço fiscal.

Por razões econômico-financeiras, em um ambiente de juros altos, há uma tendência natural de alocação de recursos em produtos de renda fixa; afinal, o apetite para risco dos investidores se apresenta de forma mais restrita. Por outro lado, quando os juros estão baixos, os investimentos em produtos de renda variável se tornam mais atraentes, uma vez que os rendimentos proporcionados pela renda fixa se tornam modestos e menos remuneratórios.



Por razões econômico-financeiras, em um ambiente de juros altos, há uma tendência natural de alocação de recursos em produtos de renda fixa; afinal, o apetite para risco dos investidores se apresenta de forma mais restrita. Por outro lado, quando os juros estão baixos, os investimentos em produtos de renda variável se tornam mais atraentes, uma vez que os rendimentos proporcionados pela renda fixa se tornam modestos e menos remuneratórios.



VOZ DO MERCADO

Há farta bibliografia, em Finanças e no Direito, que detalha o fato de ações e outros títulos de participação societária (equity) se fortalecerem no cenário de juros baixos. Esta lógica, claro, não necessariamente se aplica em relação aos títulos de dívida, produtos de crédito estruturado e/ou outras operações de endividamento (debt).

No contexto dos juros altos, faz-se necessário o surgimento de fontes alternativas de crédito para a captação de recursos e o Mercado de Capitais proporciona uma gama de produtos na linha de crédito estruturado. São fontes de suprimento de créditos para além do modelo dos bancos tradicionais,

oferecidas pelo segmento regulado pela CVM e capazes de gerar competitividade ao Mercado Financeiro tradicional.

Ao analisar indicadores, é possível perceber evidências empíricas que confirmam essas afirmações e nos mostram que, se de um lado, o período de 2022, 2023 e 2024 tem sido desafiador para as ofertas públicas de ações e demais títulos de participação societária (equity), de outro, em tal período de referência, as ofertas públicas de títulos de dívida como debêntures e notas comerciais impulsionaram o crédito privado dentro do Mercado de Capitais, tal como se observa abaixo:

Ofertas totais	2022		2023		2024	
	Quantidade	Volume (R\$ bi)	Quantidade	Volume (R\$ bi)	Quantidade	Volume (R\$ bi)
Ações	19	57,3	21	31,3	6	4,9
Dívida	240	189,9	250	188,5	191	187,6
Debêntures	200	162,3	216	181,0	177	182,3
Notas Comerciais	35	26,7	34	7,5	14	5,3

Veja-se ainda:



Há, também, outros aspectos a serem examinados em relação às companhias abertas no Mercado de Capitais que nos permitem analisar perspectivas positivas.

Atualmente, no Brasil, 697 companhias abertas estão com registro ativo na CVM, das quais 482 encontram-se enquadradas na Categoria A e 215, na Categoria B. Durante o ano calendário de 2024, até o mês de agosto, 10 novos registros de companhias abertas foram concedidos pela CVM e, até o mesmo período de referência, 13 pedidos estavam em fase de análise pelas áreas técnicas da Autarquia.

Importante lembrar que o registro na Categoria A autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulados de valores mobiliários. Por sua vez, entram na Categoria B aquelas que não ofertam ações,

certificados de ações ou títulos que possam ser convertidos nesses papéis. De forma prática, as companhias abertas Categoria A podem negociar todos os tipos de valores mobiliários, enquanto as registradas na Categoria B, apenas títulos de dívida.

Outro ponto a ser percebido em nosso país e que está diretamente relacionado às companhias abertas, é o fato de grande parte das companhias abertas no Brasil serem sociedades em que a estrutura de composição do capital social é concentrada, em modelos de controle definido, ao contrário do que se observa nos Estados Unidos, onde há grande quantidade de companhias com dispersão acionária no modelo de “corporations”.

Esta questão das estruturas de composição do capital so-



Dentre as múltiplas atribuições do regulador do Mercado de Capitais, há uma importante Função Desenvolvimentista, que auxilia o Brasil e o nosso ambiente de negócios a perceber a existência de cenários para atividades empresariais. Ao exercer essa atribuição, a CVM busca tornar o segmento regulado pela Autarquia cada vez mais inclusivo, plural e democrático, exaltando que o Mercado de Capitais é ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e para a geração de emprego e renda em nosso país.



cial das companhias abertas, no modelo de concentração vs. dispersão acionária, também tem reflexos na escolha do momento em que tais companhias acabam optando por realizar as suas ofertas públicas. Veja-se que nas companhias com concentração acionária, que são aquelas em que há a presença de acionistas controladores que, individualmente ou em conjunto, possuem mais do que 50% + 1 das ações votantes e que são o modelo predominante no Brasil, tais acionistas controladores têm uma opinião determinante em tal decisão e acabam sendo mais seletivos ao aguardar o que consideram ‘melhor momento de mercado’.

Observando esse intervalo de 2022, 2023 e 2024 e colocando em perspectiva as “janelas de Oportunidade” que, de tempos em tempos, aparecem no Mercado de Capitais, parece-nos que este período também tem sido propício para planejamento, organização de objetivos e direcionamento de focos, em especial, a partir do acompanhamento e da compreensão das regras recentemente editadas pela CVM. Por sinal, a Autarquia tem buscado reduzir o custo de observância regulatória dos participantes e, com isso, também gerar possibilidades.

A modernização do arcabouço regulatório de ofertas públicas de valores mobiliários, por exemplo, trouxe maior flexibilidade, agilidade e segurança jurídica para a realização de ofertas públicas no Mercado de Capitais. A Resolução CVM nº 160/2022 facilitou a obtenção conjunta dos registros de

companhia aberta e de oferta pública, dentro do procedimento dos registros concomitantes, que simplificaram, substancialmente, o procedimento registral dos emissores. Com foco em clareza, objetividade e na facilitação do entendimento das informações para o público investidor, a Resolução CVM nº 160/2022 também contemplou modelos de prospecto mais sucintos e segmentados pelo tipo de valor mobiliário ofertado.

Eu finalizo esse artigo frisando que, dentre as múltiplas atribuições do regulador do Mercado de Capitais, há uma importante Função Desenvolvimentista, que auxilia o Brasil e o nosso ambiente de negócios a perceber a existência de cenários para atividades empresariais. Ao exercer essa atribuição, a CVM busca tornar o segmento regulado pela Autarquia cada vez mais inclusivo, plural e democrático, exaltando que o Mercado de Capitais é ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e para a geração de emprego e renda em nosso país. **RI**



JOÃO PEDRO NASCIMENTO
é presidente da Comissão
de Valores Mobiliários - CVM.
joao.pedro@cvm.gov.br

ESG

DESASTRES CLIMÁTICOS & O PAPEL DO INVESTIDOR



A transição para a economia de baixo carbono exige que as decisões de investimento considerem os riscos e as oportunidades relacionados às mudanças climáticas. O engajamento responsável de investidores junto aos emissores de valores mobiliários é fundamental para a implementação de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG, e, em inglês, *environmental, social and governance*, ou ESG), e o Comitê ESG do 30% Club Brasil tem se dedicado a difundir essas questões nas empresas integrantes do índice IBrX100. O enfrentamento desses fenômenos é um dos maiores problemas coletivos da atualidade, e não se limita a aspectos ambientais: é transversal a todas as letras da sigla ESG.

por **ALESSANDRA LEHMEN**

Nos últimos anos, houve um alargamento do entendimento sobre os deveres fiduciários dos stakeholders institucionais, no sentido de exigir que a visão de longo prazo dos investimentos inclua as consequências dos fenômenos climáticos nos negócios relacionados com os ativos investidos. Entretanto, a frequência e a gravidade de mudanças ambientais físicas de grandes proporções obrigam apoiadores financeiros a repensarem suas estratégias. Riscos que antes pareciam distantes vêm se materializando no presente, afetando todos os setores da sociedade.

O Estado do Rio Grande do Sul sofre desde o final de abril de 2024 com inundações históricas e devastadoras, no que é possivelmente o pior desastre climático da história do Brasil. Não se trata de um acontecimento isolado: houve três outros eventos ambientais extremos no Estado desde junho de 2023, e é preciso considerar com seriedade a possibilidade de que esses desastres se repitam. São centenas de mortos e feridos e milhares de desalojados e desabrigados. O Estado apurou que 446 dos 497 municípios gaúchos foram atingidos pela tragédia. A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul estimou que as inundações atingiram 80% da atividade econômica do local, responsável por 6,6% do PIB nacional.

Nos últimos anos, os fenômenos climáticos deixaram de ser

um tema de nicho, e ganharam manchetes e a opinião pública no mundo todo. Seus efeitos afetam populações inteiras – e, desproporcionalmente, as pessoas mais vulneráveis –, o setor produtivo e a prestação de serviços públicos. Dois conceitos básicos do combate a essas mudanças são os de mitigação e adaptação: mitigação é o objetivo de frear o aquecimento global, e adaptação, como o nome sugere, é o garantir que a sociedade tenha condições de adaptar-se àquelas alterações que já estão ocorrendo e que ainda ocorrerão.

Esses dois objetivos precisam andar em paralelo: de um lado, reduzir as emissões de gases de efeito estufa; de outro, investir em sistemas coordenados de prevenção e resposta a desastres, para minimizar seus efeitos catastróficos. O Brasil, como presidente *pro tempore* do G20 – que tem, sob a presidência brasileira, o desenvolvimento sustentável como uma de suas três dimensões prioritárias – e como país-sede da COP30, que acontecerá em 2025 em Belém, precisa urgentemente focar em adaptação, resiliência e vulnerabilidade urbana.

O objetivo do Acordo de Paris, principal tratado internacional sobre o combate às transformações do clima, é o de limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, ou, pelo menos, bem abaixo de 2°C. No documento, os países informam suas contribuições nacional-

SUSTENTABILIDADE

mente determinadas (*Nationally Determined Contributions*, ou NDC), que são definidas de acordo com a realidade local, revistas periodicamente e precisam ser cada vez mais ambiciosas. Um tema fundamental nas discussões é o de financiamento climático, isto é, reorganizar a economia implica direcionar os recursos financeiros para promover a transição rumo a uma economia de baixo carbono, sobretudo em países muito dependentes de combustíveis fósseis, e o de perdas e danos, que envolve a transferência de recursos a países em desenvolvimento.

O Sexto Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC AR6) informa que, desde 1850, o planeta aqueceu em média 1,1°C, e que o aquecimento médio global deve atingir ou exceder 1,5°C nos próximos 20 anos. O relatório alerta que a população afetada por enchentes e deslizamentos pode crescer entre 100% e 200% no Brasil, em um cenário de aquecimento global de 1,5°C. Mas não é só isso. As mudanças climáticas também causam calor extremo, seca, incêndios florestais, danos à saúde física e mental, danos à agricultura e insegurança alimentar, aumento do nível do mar, perturbação de ecossistemas e impactos sobre cidades e infraestrutura. As estratégias de resposta, portanto, precisam ser coordenadas, e devem envolver não só o governo, mas também o setor produtivo e a sociedade civil.

Não agir contra as mudanças relacionadas ao clima custará mais caro do que agir. Por exemplo, um relatório dos *Climate Change High-Level Champions* da ONU estimou que o agronegócio poderá, até o fim desta década, perder 26% do valor de mercado, e sofrer um baque comparável ao do mercado financeiro na crise de 2008.

O cenário é desafiador, corremos contra o tempo, e há muito o que fazer em muitas frentes. Sob o ponto de vista das gestoras de recursos, pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) sugere que as questões climáticas não estão no radar dos investidores institucionais no Brasil. A publicação *Retratos da Sustentabilidade no Mercado de Capitais* revelou que a tomada de decisões de investimento baseia-se primordialmente em temas de governança, em especial transparência e ética. A pesquisa apontou, ainda, que há diferentes estágios de maturidade na adequação das práticas ESG nas 250 instituições respondentes, sendo que 67% estavam em estágio incipiente em temas de sustentabilidade.

Dados da pesquisa “Sustainability Policies and Practices for Corporate Governance in Brazil”, da OCDE, apontam que questões relacionadas ao clima e os riscos associados não

eram prioritários para os gestores de recursos. No entanto, a maioria dos participantes considerou esses aspectos ao realizar investimentos ou se engajar em atividades relacionadas.

Considerando esse pano de fundo, constata-se que há grande espaço para ampliar a atuação tanto de investidores quanto de investidas na agenda climática no mercado de capitais brasileiro. Um primeiro passo é considerar os riscos climáticos nas avaliações de investimento e monitorar os ativos investidos a partir das informações públicas disponíveis. A atuação também pode envolver diálogos colaborativos com a gestão da companhia, para contribuir para a elaboração de metas e planos de redução de emissões de gases de efeito estufa. Estes stakeholders podem, ainda, trazer pontos relevantes para discussão e deliberação dos acionistas em assembleia geral, participar das estruturas de governança corporativa das empresas e usar estratégias de litigância judicial ou extrajudicial para obter informações e promover ajustes de governança que contemplem essas questões.

Especificamente quanto a desastres, a Lei 14.750 estabelece, desde dezembro de 2023, que é dever do empreendedor público ou privado, de acordo com o risco de acidente ou desastre e o dano potencial associado do empreendimento, a adoção de medidas preventivas de acidente ou desastre, e o mercado de capitais, e o engajamento de investidores pode ajudar na criação de um plano de ação climática robusto e efetivo.

Os fenômenos ambientais são, potencialmente, o maior desafio do século XXI, que ganha contornos mais urgentes a cada dia, e o mercado de capitais desempenha função essencial no seu enfrentamento. Os financistas institucionais estão especialmente bem posicionados a, por meio do *stewardship* climático, influenciar positivamente a incorporação da agenda climática aos negócios de suas investidas, reduzindo externalidades, minimizando sua exposição a riscos e maximizando o aproveitamento de oportunidades, preservando os interesses dos beneficiários e contribuindo para o bem-estar climático e econômico da sociedade. **RI**



ALESSANDRA LEHMEN

é head do Comitê ESG do 30% Club Brasil.
30percentclubbrazil@30percentclubbrazil.org



Maestro João Carlos Martins

<https://www.revistari.com.br/219/1318>

“ SUA EMPRESA EVOLUINDO EM HARMONIA ”

ECONÔMICA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL.

SOCIALMENTE RESPONSÁVEL.

GERIDA ETICAMENTE.

A Orquestra Societária Business (OSB) analisa a maturidade da gestão de empresas e, há mais de 10 anos, desenvolve técnicas para construir Modelos de Gestão Sustentável (MGS).

Nosso trabalho é desenvolvido por especialistas com mais de 30 anos de experiência e validado por pesquisas científicas com profissionais corporativos e acadêmicos, publicações de mais de 100 artigos e livro.

Transforme sua empresa em uma verdadeira Orquestra Societária!

Entre em contato:

www.linkedin.com/in/cidahess/

<https://www.revistari.com.br/autor/Cida+Hess>



**ORQUESTRA
SOCIETÁRIA
BUSINESS**

um amanhã para prosperar

TRAGÉDIAS AMBIENTAIS GRANDES RISCOS RESULTANTES

Nas duas edições anteriores, extraordinariamente dedicadas às enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, a partir de maio deste ano, tratamos, entre outros temas relevantes, da **Gestão Estratégica de Riscos** e, especialmente, de **Riscos Climáticos**, questão que se tornou crítica para as organizações de todos os tipos e tamanhos.

por **CIDA HESS, MÔNICA BRANDÃO** e **MÁRCIA SOBOTYK**

Na edição 282, além de mostrar os contextos constitucional e legal - e a importância de um forte apoio federativo ao RS, Estado importante da República Federativa do Brasil - introduzimos o tema acima mencionado, um dos pontos nevrálgicos relacionados ao ocorrido, especialmente no que tange à Administração Pública.

Quanto à edição 283, nela entrevistamos o especialista em riscos Sérgio Akira Sato, que apresentou sua visão e sugestões sobre como a gestão de riscos climáticos pode contribuir para evitar e/ou mitigar os problemas originados por enchentes e outros eventos climáticos em grandes cidades e áreas rurais brasileiras.

Nesta edição 284, a seção Orquestra Societária, também em caráter extraordinário, e assinada em conjunto com Márcia Sobotytk, secretária geral do Portal Acionista (<https://acionista.com.br/>), tem o propósito de ouvir pessoas que vivenciaram e ainda vivenciam a tragédia climática do Rio Grande do Sul.

Assim, entrevistamos quatro convidadas, incluindo a própria Márcia Sobotytk, pedindo-lhes que opinassem sobre o ocorrido e apresentando-lhes as seguintes perguntas, como guias para seus depoimentos breves, mas com muita densidade de conteúdo:

1. *Como você vê os impactos das enchentes sobre os negócios no Estado e em seu Município?*
2. *O que teria faltado por parte da Administração Pública?*
3. *O que precisa melhorar?*
4. *Em sua percepção, como está a ajuda dos governos pós enchente?*
5. *O que você, pessoalmente, aprendeu com este acontecimento climático?*

Além de **Márcia Sobotyck**, são também nossas entrevistadas as cidadãs gaúchas **Cátia Chagas**, jornalista, **Cíntia Martin Figueiredo**, arquiteta, e **Luciane Superti Fogazzi**, aposentada. Márcia, Cátia e Luciane residem em Porto Alegre, e Cíntia, em Canoas, município intensamente impactado pelas enchentes.

As quatro entrevistadas têm vivido substancial sofrimento de distintas formas com a tragédia do Rio Grande do Sul. Seus depoimentos eloquentes, ainda que reflitam uma diminuta parte do iceberg de vivências dos gaúchos, que os brasileiros de outros estados não tiveram a oportunidade de conhecer, demonstram que *nada substitui ouvir*.

Como os leitores poderão perceber nas palavras das nossas entrevistadas, a gestão estratégica de riscos climáticos – ou seria a ausência dela? – reside no âmago do enfrentamento inadequado das enchentes ocorridas que, infelizmente, não foi objeto de planejamento ou execução eficazes.

Ao mesmo tempo, os riscos incorridos pelo povo gaúcho vão além daqueles de natureza climática, tratados nas edições 282 e 283 desta Revista RI. Com toda a ajuda dos entes da República e seus Três Poderes constituídos, e com todas as preciosas doações enviadas ao povo gaúcho, o Rio Grande do Sul enfrenta grandes riscos adicionais, sobre os quais tratamos após as entrevistas.

Por fim, lembramos os leitores de que a conclusão do projeto *ESG: Uma partitura que está sendo escrita* está prevista para a edição 287. A presente e as próximas duas edições, sem pretenderem esgotar este assunto tão importante para milhões de gaúchos e para o Brasil, ainda têm o que dizer sobre a tragédia do Rio Grande do Sul. Dito isso, passemos às visões das nossas entrevistadas.

CÁTIA CHAGAS: Os impactos para a economia são péssimos. A economia, principalmente os pequenos negócios, ainda se recuperavam da pandemia. Os que sobreviveram, claro. Considerando que as pequenas e médias empresas são em maior número e mais empregam, o prejuízo é devastador. Impacto negativo e preocupante e que vai respingar, lá na ponta, no cidadão.

No que diz respeito à Administração Pública, em Porto Alegre, especificamente, houve uma sucessão de erros, começando pela falta de prevenção, falta de manutenção e pela incompetência da gestão em administrar a crise ambiental.

Não existia – e ainda não existe – um plano de contingência.



CÁTIA CHAGAS

Jornalista, Porto Alegre

Cátia atuou profissionalmente na cobertura de áreas atingidas por enchentes, em Porto Alegre.

Em caso de inundação o que será feito? Para onde vai a população? Quem são os moradores treinados para ajudar? Total despreparo. Sendo que, no ano passado, houve enchentes nos Vales e na Capital, o Rio Guaíba também superou a medição, invadindo a orla. Mas como não houve inundação, em nada se pensou. Por aqui, o “não vai dar nada” é muito usual.

Houve muito mais responsabilidade do governo do Estado, em termos de buscar soluções, de movimentar a logística, de montar um gabinete de crise. Em termos de gestão, as intenções foram boas, mas, mesmo assim, depois da experiência do ano passado, também não houve um plano de contingência. As coisas só não foram piores porque o voluntariado foi forte. A rede de solidariedade foi gigante.

Mais do que melhorar, é preciso entender que as mudanças climáticas realmente existem e que as cidades devem se adaptar. É hora de entender que a natureza quer o seu lugar. E se os governantes, assim como a sociedade civil e as insti-



CÍNTIA MARTIN FIGUEIREDO

Arquiteta, Canoas

Cíntia teve devastados tanto o seu escritório de trabalho quanto a sua residência, ambos localizados no município de Canoas.

tuições, se movimentarem, no intuito de somarem forças, cada um no seu setor, e juntos criarem planos de contingência, repensarem construções, já será um bom começo. É preciso PARAR de acimentar a cidade, PARAR de exterminar a vegetação para construção civil entre outras aberrações.

Pelo que venho acompanhando, recursos federais já foram enviados ao governo estadual para a “reconstrução” da infraestrutura, a construção de moradias entre outras obras físicas. Efetivamente, em Porto Alegre, ainda não vi movimento como trocar as bombas que não funcionaram. Acredito que haja equipes trabalhando para as tais “melhorias” que o atual prefeito disse que faria.

Na população, pelo que observo, ainda há muitas reclamações. Ainda há regiões de bairros em Porto Alegre com alagamentos, entulhos. Assim como em cidades da Região Metropolitana. A lentidão das autoridades é um complicador.

Pessoalmente, aprendi que não estamos preparados, nem estruturalmente, nem emocionalmente, para viver uma tragédia ambiental. Que não podemos contar com uma gestão pública, e que é preciso, antes de mais nada, PRESERVAR O MEIO AMBIENTE.

CÍNTIA MARTIN FIGUEIREDO: A enchente afetou drasticamente todo o município de Canoas, até mesmo os bairros que não foram afetados diretamente estão sofrendo com toda essa tragédia.

O que teria faltado por parte da Administração Pública? Manutenção dos sistemas de proteção, uma organização para evacuação dos bairros, segurança e conforto para pessoas que ficaram desabrigadas.

Sobre o que precisa melhorar? A meu ver, praticamente tudo!

Até o momento, praticamente todas as ajudas vieram da iniciativa privada. Se eu não tivesse ajuda de amigos, colegas e conhecidos, não teríamos nem onde morar. Sobre o apoio do Estado, em qualquer nível? Praticamente nenhum! Recebemos apenas o valor do governo federal, quantia que não pagaria nem os impostos mensais da minha empresa, cujas instalações foram destruídas pela enchente.

Pessoalmente, aprendi que precisamos ser realistas sobre as mudanças climáticas; antes, era apenas uma previsão, agora, se tornou uma realidade.

LUCIANE SUPERTI FOGAZZI: Acredito que o impacto ainda não chegou ao seu ápice, que acontecerá com o decorrer do aumento dos desempregos e das empresas que, por falta de dinheiro, fecharão. A ajuda ainda não acabou e, cada vez mais, as pessoas impactadas precisarão da ajuda do povo e dos governos.

Em minha opinião faltou, principalmente, prevenção por parte do Poder Público, ao longo de vários anos. Nunca acharam que enchentes dessa dimensão iriam acontecer e, por isso, não se importaram em manter uma boa manutenção das casas de bombas, das comportas e dos diques.

Precisamos olhar para a natureza de outra forma. O homem, com o passar do tempo, se sente no direito de colocar o seu desejo acima das leis da natureza e, como pudemos experienciar, isso só trará malefícios à sociedade, visto que a catástrofe que assolou o Rio Grande do Sul já é considerada uma nova realidade de vida.



LUCIANE SUPERTI FOGAZZI

Aposentada, Porto Alegre

Luciane forneceu mais de três mil marmitas a pessoas e famílias impactadas pelas enchentes de Porto Alegre.

Infelizmente, por mais difícil que seja toda essa burocracia, os apoios financeiros dos governos são ridículos. Afinal, mesmo para as pessoas de baixa renda, 5 mil reais não são suficientes para reerguer uma casa inteira, com móveis e reformas – isso quando a estrutura da casa não foi afetada. Se formos falar então de pessoas com uma renda maior, com casas de estruturas superiores e que também perderam tudo, esse dinheiro não serve para nada.

Infelizmente, se formos olhar para o passado, isso tudo aconteceu (além da tragédia climática) por conta de inúmeros governos passados, que não souberam preservar o maquinário do plano de contenção para enchentes, além do cuidado básico com o meio ambiente.

Aprendi que a vida que temos hoje pode ser algo tão momentâneo quanto um piscar de olhos. Afinal, como vimos nos últimos meses, pessoas e famílias de todas as raças, gêneros,

poderes aquisitivos e localidades tiveram suas vidas viradas do avesso do dia para a noite. É preciso que a sociedade tenha consciência de que, por mais que a sua vida esteja normal, a de muitas pessoas ainda é cercada de lama, destroços e desesperança.

Também aprendi que, quando unidos, somos capazes de tudo. Experimentei montar, em minha casa, uma cozinha industrial que tinha a força de mais de 40 pessoas, produzindo cerca de três mil marmitas diariamente e, incansavelmente, durante todo o mês de maio.

E aprendi, por fim, que a união da população e o amor pela vida do outro podem superar todos os limites.

MÁRCIA SOBOTYK: As enchentes de maio de 2024 impactaram todos os setores do Estado, de pequenos comércios a grandes locais, como o Aeroporto Salgado Filho e a Rodoviária de Porto Alegre.

Como sempre acontece no Brasil, é preciso, primeiro, acontecer uma catástrofe, para depois pensar sobre como resolver. Não há prevenção! Nunca se pensa pra frente, no que pode acontecer. Vai-se pensar depois.

Acredito que temos que ter sempre, nos governos municipal, estadual e federal, grupos que saibam planejar e agir em situações como a que aconteceu no Rio Grande do Sul. E precisamos de comunicação mais eficaz com a população, antes, durante e depois.

O Painel da Reconstrução de Zero Hora mostra que, dos R\$ 96,4 bilhões prometidos pelos governos federal e estadual, menos da metade, isto é, R\$ 30 bilhões foram pagos a cidadãos gaúchos. As medidas incluem um auxílio de R\$ 5.100 e saque antecipado do FGTS, mas a divulgação parece limitada.

Governo do Estado, Fecomércio (Sesc/Senac) e a ONU criaram abrigos para 850 famílias no Centro Humanitário de Acolhimento. No entanto, muitos querem voltar para suas casas. Com o tempo, vários abrigos criados pelo território gaúcho vêm sendo desmontados e a atuação dos voluntários tem diminuído. Muitos bairros de Porto Alegre e de outros municípios ainda têm entulhos, a reorganização demorará. A reconstrução será uma longa jornada.

Como voluntária no abrigo do Colégio Santa Dorotéia, fiquei impressionada com a solidariedade de pessoas de diferentes lugares, que ajudaram sem se conhecerem. Empresários e civis contribuíram com resgates, roupas e alimentos. Agradeço



MÁRCIA SOBOTYK

Secretária geral do Portal Acionista, Porto Alegre

Márcia participou de diversas atividades de assistência a cidadãos de Porto Alegre, especialmente em abrigo.

a todos os que ajudaram. Contudo, é necessário um maior respeito ao meio ambiente, preservar o rio Guaíba e evitar construções incessantes. O tema deve ganhar mais destaque nas eleições municipais, com promessas de soluções.

Neste ponto, eu gostaria de destacar o papel exemplar do ex-técnico e jogador da Seleção Brasileira, Dunga, e da Seleção do Bem 8: eles têm ajudado pessoas necessitadas com cestas básicas e casas e este tem sido um trabalho comovente e quase nada divulgado no Brasil.

E por fim, quem ainda ouve ou lê notícias sobre o Rio Grande do Sul? Como acontece sempre nas catástrofes, as pessoas se esquecem, depois de um tempo. Por qual motivo? Ocorre que as notícias não estão mais nas manchetes. Entretanto, o pós-enchente é o mais importante! Como estão as pessoas, o que está sendo feito? Não queremos que aconteça com o RS o que, em nossa percepção, aconteceu com Mariana e Brumadinho: aparentemente, tornaram-se meras datas a serem lembradas anualmente.

Importante:

1. As informações aqui apresentadas refletem o quadro do dia da realização desta entrevista, sendo dinâmicas e se modificando com o passar do tempo.
2. A *Seleção do Bem 8* tem uma página na rede social Instagram, para consulta e conhecimento.

COMENTÁRIOS SOBRE AS ENTREVISTAS

Nada substitui ouvir, conforme dito anteriormente e reforçado por Sandra Guerra em sua entrevista para a RI 276 (<https://www.revistari.com.br/276/2126>). E prestar atenção às palavras das nossas entrevistadas desta edição nos permite tecer comentários sobre as suas visões, o que é feito a seguir, considerando as perguntas que originaram as quatro entrevistas. Os comentários seguintes, objetivos, não são exaustivos e elencam aqueles pontos que nos parecem mais críticos nas entrevistas anteriores:

1. Como você vê os impactos das enchentes sobre os negócios no Estado e em seu Município?

Os efeitos das enchentes de maio no Rio Grande do Sul são **devastadores**, nas frentes material, emocional e outras. Parecem muito maiores do que os brasileiros conseguem perceber, pelas notícias veiculadas, por maior que seja sua empatia com o povo gaúcho.

2. O que teria faltado por parte da Administração Pública?

É patente, nas entrevistas, que **faltou uma gestão pública de riscos climáticos** que mitigasse, em grande medida, o risco da devastação ocorrida. Destaca-se o **papel fundamental dos voluntários**, que foram imprescindíveis para que muitas vidas fossem salvas.

3. O que precisa melhorar?

As melhorias relacionadas à gestão de riscos climáticos podem ser resumidas em duas frentes: planejamento, gestão e controle estratégicos dos riscos climáticos pela Administração Pública e comunicação eficaz com a sociedade, antes, durante e após eventos climáticos que impactem populações.

4. Em sua percepção, como está a ajuda dos governos pós enchente?

Se em âmbito nacional o apoio federativo previsto é da or-

dem de bilhões de reais, no plano pessoal e familiar, a devastação econômica foi de tal ordem que **muitas pessoas podem não perceber a existência desse apoio** em suas vidas, o que pode conduzir à percepção de abandono. Dirigentes públicos precisam estar atentos. Muitos esforços, materiais ou de outras naturezas, podem estar sendo empreendidos, mas não basta fazer, é preciso comunicar.

5. O que você, pessoalmente, aprendeu com este acontecimento climático?

Em termos de aprendizado, as entrevistas apontam que é preciso:

- ser realista sobre as mudanças climáticas, que se tornaram presentes na realidade dos municípios e dos cidadãos;
- entender que a natureza demandará o seu lugar, tomado por meio da ocupação incorreta de espaços físicos por seres humanos. E por muitos municípios pelo País – acrescentaríamos; e,
- unir as organizações do Estado e da sociedade civil – privadas e demais, visando à criação de planos diversos para prevenir tragédias.

Também emerge nas respostas à pergunta acima o aprendizado sobre a formidável força da união, de como as pessoas podem ser poderosas quanto unidas em prol do objetivo de ajudar.

Há outras relevantes percepções que emergem das entrevistas relacionadas aos riscos. É fundamental reconhecer que há mais riscos estratégicos a enfrentar, além dos climáticos, relacionados ao **pós-enchentes**. Identificamos, a partir das entrevistas anteriores, cinco riscos importantes:

1. Risco de demora na recuperação socioeconômica

Reprisemos, a seguir, as palavras de três entrevistadas, sobre as quais temos que refletir:

Os impactos para a economia são péssimos. A economia, principalmente os pequenos negócios, ainda se recuperavam da pandemia. Os que sobreviveram, claro. Considerando que as pequenas e médias empresas são em maior número e mais empregam, o prejuízo é devastador. Impacto negativo e preocupante e que vai respingar, lá na ponta, no cidadão. *(Cátia Chagas)*

Acredito que o impacto ainda não chegou ao seu ápice, que



Acredito que o impacto ainda não chegou ao seu ápice, que acontecerá com o decorrer do aumento dos desempregos e das empresas que, por falta de dinheiro, fecharão. A ajuda ainda não acabou e, cada vez mais, as pessoas impactadas precisarão da ajuda do povo e dos governos.



acontecerá com o decorrer do aumento dos desempregos e das empresas que, por falta de dinheiro, fecharão. A ajuda ainda não acabou e, cada vez mais, as pessoas impactadas precisarão da ajuda do povo e dos governos. *(Luciane Superti Fogazzi)*

E por fim, quem ainda ouve ou lê notícias sobre o Rio Grande do Sul? Como acontece sempre nas catástrofes, as pessoas se esquecem, depois de um tempo. Por qual motivo? Ocorre que as notícias não estão mais nas manchetes. Entretanto, o pós-enchente é o mais importante! Como estão as pessoas, o que está sendo feito? Não queremos que aconteça com o RS o que, em nossa percepção, aconteceu com Mariana e Brumadinho: aparentemente, tornaram-se meras datas a serem lembradas anualmente. *(Márcia Sobotyk)*

É certo que os riscos climáticos precisam ser enfrentados com seriedade, mas sem perder de vista que se deve considerar também o risco de demora na recuperação de condições socioeconômicas do Rio Grande do Sul. A verdade é que a tragédia ali ocorrida poderá levar vários anos para que seus efeitos sejam realmente superados.

Daqui a quantos anos tudo estará superado? Quais são as probabilidades de uma resolução célere ou pelo menos considerada razoável para que o RS se recupere? Quais são as probabilidades de plena recuperação em três, cinco, sete anos, uma década ou mais, apenas para estimular a reflexão?



Pessoalmente, aprendi que não estamos preparados, nem estruturalmente, nem emocionalmente, para viver uma tragédia ambiental. Que não podemos contar com uma gestão pública, e que é preciso, antes de mais nada, PRESERVAR O MEIO AMBIENTE.

As forças da República Federativa do Brasil e o apoio do povo brasileiro serão imprescindíveis para turbinar os esforços do povo gaúcho, de maneira que o tempo de recuperação não se estenda por demais. Os sorrisos das quatro entrevistadas em suas imagens refletem uma singela mensagem aos leitores, apesar do grande sofrimento presenciado ou vivido: **esperança**, vetor imprescindível para a busca de dias melhores. Para que isso seja alcançado, ao lado do esforço dos gaúchos, o Brasil precisa seguir abraçando o Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, é importante não perder de vista os papéis constitucionais dos vários entes federativos na governança do Rio Grande do Sul. União, Estado e Municípios e o Distrito Federal têm seus papéis respectivos, determinados pela Carta Magna, que devem ser respeitados.

Adicionalmente, em que medida as várias mídias do Brasil poderão contribuir para que o tempo de recuperação do Rio Grande do Sul seja abreviado? Como observa Márcia Sobotyk, após a comoção dos primeiros tempos, as catástrofes tendem a perder espaço nas pautas midiáticas. Mas o Estado precisa de forte apoio das mídias em seus desafios!

2. Risco de não tratamento de sequelas emocionais

Consideremos, neste ponto, o parágrafo de encerramento da entrevista de uma de nossas convidadas:

Pessoalmente, aprendi que não estamos preparados, nem estruturalmente, nem emocionalmente, para viver uma tragédia ambiental. Que não podemos contar com uma gestão pública, e que é preciso, antes de mais nada, PRESERVAR O MEIO AMBIENTE. *(Cátia Chagas)*

Muitas pessoas perderam demais com as enchentes do Rio Grande do Sul: familiares, amigos, trabalhos, patrimônio, documentação, imagens e outras lembranças do passado (fotos e outros itens) e muito mais. Esses seres humanos realmente receberão o apoio emocional de que necessitam? Quem assegurará que isso seja feito?

3. Risco de desperdício da formidável força do voluntariado

Um terceiro risco que, a nosso ver, merece ser destacado é de desperdício do precioso voluntariado, sem o qual os impactos da tragédia teriam sido muito mais graves. Sem deixar de enaltecer os voluntários que vieram de outros Estados da Federação para ajudar na tragédia, o povo do Rio Grande do Sul foi fundamental no salvamento de vidas, no resgate de animais e em muito mais!

Como seguir mobilizando essa força incrível, em prol da reconstrução das áreas destruídas pelas enchentes e da continuidade do apoio aos que perderam muito ou mesmo tudo? Como as lideranças da Administração Pública, notadamente em nível estadual e municipal, deverão agir para aproveitar a formidável energia dos cidadãos voluntários de boa vontade?

4. Risco de imagem (descrédito) em relação à Administração Pública

Este quarto risco está, naturalmente, relacionado às enchentes e à sofrível gestão de riscos climáticos, na qual faltaram planejamento, gestão, controle e comunicação eficaz com a sociedade. E está, também, relacionado aos três anteriores mencionados – demora na recuperação socioeconômica, não tratamento de sequelas emocionais e físicas integralmente e desperdício do voluntariado.

Sendo assim, são pertinentes as seguintes perguntas: o que a Administração Pública precisa implementar de políticas e práticas de gestão, a fim de que a população receba a assistência física e emocional necessária em caso de calamidade pública como essa? É possível criar (ou intensificar) parcerias para que o apoio se estenda substancialmente a todos os cidadãos afetados e necessitados?

“

É preciso cobrar propostas concretas dos candidatos, não permitindo que os debates orbitem apenas ao redor de críticas, que são legítimas, mas apenas a ponta de um *iceberg*: os brasileiros desejam comparar propostas concretas de trabalho, prevenção efetiva e um futuro com muito maior nível de segurança.”

5. Risco de recorrência

Em 1941, o Rio Grande do Sul passou por enchentes terríveis, com impactos profundos na vida de muitos gaúchos. Em 2024, a tragédia teve impacto muito maior. O povo gaúcho restará livre dessas grandes tragédias, a partir do planejamento, gestão, controle e comunicação efetivos?

Retomando aos riscos climáticos e de tragédias, a *Revista Plurale* publicou em seu site o mapeamento realizado pelo governo federal no final de abril deste ano: o Brasil tem 1.942 cidades suscetíveis a desastres ambientais, como deslizamentos, alagamentos e inundações, correspondendo a quase 35% dos Municípios do País, com impacto de aproximadamente 8,9 milhões de pessoas.

O mapeamento de riscos mostrou um aumento de 136% em relação ao levantamento de 2012. As populações de baixa

renda são as mais vulneráveis, devido à ocupação de áreas inadequadas e à carência de recursos para recuperação (*Revista Plurale* – <https://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=22158>).

O quadro é crítico e o enfrentamento de riscos climáticos pode ser tema recorrente em campanhas das eleições municipais deste ano. É preciso cobrar propostas concretas dos candidatos, não permitindo que os debates orbitem apenas ao redor de críticas, que são legítimas, mas apenas a ponta de um *iceberg*: os brasileiros desejam comparar propostas concretas de trabalho, prevenção efetiva e um futuro com muito maior nível de segurança.

Concluimos, finalizando estas considerações, convidando os leitores da Revista RI a opinarem sobre o conteúdo desta edição da coluna Orquestra Societária. Suas contribuições serão, como sempre, bem recebidas. **RI**



CIDA HESS

é Assessora da Presidência da Prodesp para Negócios Estratégicos. Sócia fundadora da Orquestra Societária Business. Palestrante e mentora. Doutora em Engenharia de Produção, com foco em Sustentabilidade, pela UNIP/SP, mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCSP, economista e contadora, com MBA em finanças pelo IBMEC. Conselheira fiscal e coordenadora do Comitê Econômico e Auditoria (CEA) da FNQ. Coordenadora da Comissão Temática de Finanças e Contabilidade, professora de Finanças para Conselhos da Board Academy e do Legado e Família. Head do Comitê de Inovação e Tecnologia do 30% Club Brazil e Embaixadora da Board Academy. Colunista da Revista RI desde 2014 e do Portal Acionista desde 2019 e conselheira editorial da RI desde 2023. Coautora dos livros *Inovação na Gestão Pública* (Ed. Saint Paul, 2012) e *Orquestra Societária – a Origem* (Editora Sucesso, 2018). cidahessparanhos@gmail.com



MÔNICA BRANDÃO

é Assessora da André Mansur Advogados Associados e tem atuado como executiva financeira, conselheira administrativa, fiscal e consultiva (presentemente, da Orquestra Societária Business), engenheira e professora universitária. Certificada como CNPI-P pela APIMEC Nacional, é mestre em Administração, graduada em Engenharia Elétrica e graduada em Direito pela PUC Minas. Tem pós-graduação e especialização na UFMG e no IBMEC, respectivamente, e treinamentos nacionais e internacionais, especialmente em Finanças Corporativas, Gestão da Estratégia e Governança Corporativa. É colunista da Revista RI, desde 2008, e do portal Acionista, desde 2019, integrando o Conselho Editorial da RI, desde 2023. Coautora dos livros *Visões da Governança Corporativa* (Editora Saraiva, 2010) e *Orquestra Societária – a Origem* (Editora Sucesso, 2018). mbran2015@gmail.com

25° CONGRESSO

IBGC

INÉRCIA NÃO É MAIS UMA OPÇÃO!

O Congresso do IBGC é um marco anual sobre o momento da Governança Corporativa no Brasil. Particularmente para a edição deste ano, a 25ª, que ocorrerá em 8 e 9 de outubro com o tema “**Cultura da Governança e os desafios do Brasil**”, foram desenvolvidas quatro trilhas: “ética e governança”, “sustentabilidade”, “inovação” e “Brasil estratégico”, que permeia todas elas. O objetivo é oferecer o panorama mais completo possível sobre temas e subtemas relevantes, dentro destas trilhas, que chegariam às atas e agendas de conselhos de administração e consultivos e, por que não, de executivos e famílias empresárias.

por **RICARDO OBERLANDER**

O congresso contará com a presença de dois palestrantes internacionais: Evan Epstein e Ian Beacraft. Epstein é diretor executivo e professor adjunto da UC Law San Francisco e fundador da Pacifica Global, mostrará uma visão bastante emblemática, sobre governança moderna, mas, ao mesmo tempo, fundamentalista em termos de princípios, algo que precisamos no Brasil. Afinal, a nossa governança é de um país em amadurecimento e aprendemos todo dia.

Já a proposta de Ian Beacraft, CEO da Signal and Cipher, é apresentar uma abordagem absolutamente transformadora sobre o impacto da tecnologia no mundo dos negócios. Ele trará provocações na linha de repensarmos o que estamos fazendo, nos organizando e definindo as agendas estratégicas das organizações para se preparar para essa revolução digital. É um convite para o início de um novo ciclo.

Este será o fio condutor do todo o Congresso. Os painéis não foram desenhados para ficarem fechados dentro de suas temáticas. Teremos debates bastante profundos, como no caso da segurança cibernética e, ao mesmo tempo, traremos de temas em que o Brasil dá um passo para a frente e outro para trás – ou, às vezes, dois para frente e um para trás – como a parte de diversidade e inclusão.

UM DEBATE SOBRE SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

Ao mesmo tempo, teremos uma discussão bastante rica sobre sustentabilidade. Essas discussões acabam ocorrendo, até de maneira trágica, entre três desastres ecológicos - as enchentes no Rio Grande do Sul, as queimadas no Pantanal e a seca na Amazônia – e a reunião da Cop 30, que ocorrerá no ano que vem no Brasil, em Belém (Pará). Temos uma matriz energética muito limpa, mas podemos e devemos fazer muito mais em defesa dos biomas brasileiros. Esperemos que essas discussões durante o congresso tragam insumos importantes para a Cop 30.

Outro debate importante, com a presença de Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central e sócio da Tendências Consultoria, discutirá o tema de mapeamento de riscos geopolíticos. É uma discussão essencial, pois o Brasil precisa entender o seu papel no mundo. Afinal, trata-se de um país que está entre as 10 maiores economias do mundo e há assuntos em que não deve se esquivar, particularmente no quesito sustentabilidade. Estaremos de olho também na atuação do B20, a força empresarial do G-20 e que terá participação do Brasil.

Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e atualmente diretor de Estratégia Econômica do Safra, também abordará um tema crucial neste momento: “A nova fronteira da sustentabilidade”. A medição será de Sergio Marone, fundador da marca Tukan, uma startup que pratica o consumo consciente e a sustentabilidade.

REPRESENTATIVIDADE GEOGRÁFICA

Jaime Gornsztejn, diretor de Governança Corporativa e Administração de Investimentos da EOS Federated Hermes Limited, oferecerá um panorama mercado internacional no painel *Stewardship*: o papel e a importância dos investidores no aprimoramento da governança.

Procuramos fazer um Congresso que representasse os valores emergentes da sociedade brasileira. Teremos a presença da conselheira Jandaraci Araujo, da Future Carbon, Instituto Inhotin, WCD Brasil e Conselheira101. Adriana Barbosa, CEO da Preta Hub, também é presença confirmada.



O grande legado que o Congresso pode deixar é aumentar o engajamento de conselheiros e gestores, envolvidos em estratégias de governança, com temas extremamente relevantes para o bom funcionamento da empresa no século 21.



Um das prioridades no congresso foi a representatividade geográfica dos palestrantes, ampliando as discussões para fora do eixo Rio-São Paulo. Um exemplo é o painel “Amazônia como um horizonte socioambiental para a economia brasileira”, que terá como tema região de fundamental importância para o Brasil e o mundo. O pujante agro brasileiro também ganhará destaque no congresso. “Governança e sustentabilidade para alavancar o agronegócio: atual estágio e impacto no crescimento do país”, será tema de um dos painéis.

“Como posicionar e potencializar a Marca Brasil além das fronteiras do país? é o tema do painel que tratará deste grande desafio para as empresas brasileiras. Os nomes escolhidos para debater são emblemáticos: Claudia Sender, conselheira das gigantes Embraer e Gerdau, entre outras companhias, e Liel Miranda, CEO da Alpargatas, fabricante da Havaianas, produto brasileiro famoso mundialmente.

Enfim, o grande legado que o congresso pode deixar é aumentar o engajamento de conselheiros e gestores, envolvidos em estratégias de governança, com temas extremamente relevantes para o bom funcionamento da empresa no século 21. Tempos de emergência climática, evolução exponencial de tecnologia e de definições críticas da geopolítica mundial.

É o momento em que todos nós, envolvidos de uma forma ou outra com a empresa, sairemos mais energizados a enfrentar os desafios e a somar experiências e conhecimentos para reforçar que a inércia não é mais uma opção. **RI**

RICARDO OBERLANDER

é líder do grupo curador do 25º Congresso IBGC.
comunicacao@ibgc.org.br

OS RISCOS DO MERCADO DE INFLUÊNCIA



Aqueles leitores que já têm alguns cabelos brancos se lembram, provavelmente com horror, de como era a TV aberta brasileira nos anos 80 e 90. Os dirigentes das redes de televisão faziam de tudo pela audiência, sem qualquer limite para a baixaria e o politicamente incorreto. Havia sushi erótico, partos e suicídios ao vivo, cadáveres exibidos de forma explícita, mulheres lutando em uma banheira, e comerciais de cigarros e cervejas em programas infantis, onde, aliás, crianças dançavam músicas de conteúdo altamente erótico, como “Na Boquinha da Garrafa”, “Eu Quis Comer Você” ou “*Don’t Want No Short Dick Man*”. Além disso, havia falas racistas e sexistas que hoje seriam inimagináveis.

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Mas de quem era a culpa por tudo isso? Dos telespectadores, adultos e crianças, que aceitavam aqueles conteúdos? Ou seria dos dirigentes das redes de TV, ávidos por audiência? Ou talvez dos anunciantes, que sustentavam tudo aquilo? É fácil cair em um jogo de empurra, onde a culpa acaba sendo de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém.

Mesmo com todos os absurdos que aconteceram, é importante reconhecer que prefiro ter passado por tudo aquilo do que ter permanecido preso à odiosa censura que vigorou em nosso país por tanto tempo. Hegel, um dos filósofos mais importantes do idealismo alemão, sugeriu que, na evolução social, uma tese é confrontada por uma antítese, e a tensão entre as duas é resolvida em uma síntese. Esse processo pode ser visto como um movimento pendular entre extremos que eventualmente resulta em uma posição intermediária. Em outras palavras, a sociedade oscila entre extremos antes de encontrar um equilíbrio central. Talvez todo aquele excesso de liberdade nada mais tenha sido do que o pêndulo se movendo da total falta de liberdade para a completa ausência de limites.

A internet nasceu nos anos 1960 como um projeto militar, com o objetivo de criar uma rede de comunicação segura e descentralizada, capaz de resistir a ataques nucleares. Expandiu-se nas universidades como meio de troca de conhecimentos entre pesquisadores e, com a adoção do proto-

colo TCP/IP em 1983, começou a se expandir globalmente, dando origem à internet como a conhecemos hoje.

A internet científica e militar de um passado recente transformou-se no “vale-tudo” que estamos vivenciando. A informação, que outrora era checada e recheckada por métodos jornalísticos, agora é propagada sem filtros e sem responsabilidade. Os jornalistas sérios foram substituídos por influenciadores, que muitas vezes são apenas propagadores de desinformação. Sim, é verdade que no passado as coisas não eram perfeitas, pois todo veículo de informação era um centro de poder que divulgava informações segundo seus interesses. Mas e agora, estamos em uma situação melhor?

Será que nos resta apenas esperar para que o pêndulo, que se moveu da informação controlada pelos donos dos canais de comunicação para a informação sem qualquer controle, em um enorme campo de desinformação e alienação, volte ao equilíbrio? Talvez não tenhamos tanto tempo assim.

Nos Estados Unidos, existe o cargo de Cirurgião-Geral, nomeado pelo presidente como o principal porta-voz do governo federal em questões de saúde pública, responsável por fornecer informações científicas e baseadas em evidências à população. O atual Cirurgião-Geral, Vivek Murthy, que serviu aos governos dos presidentes Barack Obama, Donald Trump e Joe Biden, defende, em um recente artigo, a im-

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

plementação de rótulos de advertência nas mídias sociais, comparando seus riscos aos do tabaco e álcool. Ele destaca que as mídias sociais têm impacto negativo na saúde mental dos adolescentes, contribuindo para problemas como ansiedade, depressão e baixa autoestima.

As redes sociais se consolidaram como a principal plataforma de comunicação, informação e entretenimento para milhões de pessoas ao redor do mundo, onde a liberdade de expressão, desregulada, se tornou um terreno fértil para a desinformação e a radicalização.

Um exemplo claro dos absurdos que têm se proliferado nas redes sociais é a disseminação de conselhos e práticas de saúde por pessoas sem qualquer qualificação. É comum ver influenciadores, que muitas vezes não têm formação em áreas como medicina, nutrição ou psicologia, dando opiniões sobre tratamentos médicos, dietas e estilo de vida. Pior ainda, essas opiniões são frequentemente apresentadas como verdades absolutas, sem embasamento científico e sem alertar sobre os riscos envolvidos.

Como minha área de atuação é a educação financeira, fico extremamente preocupado com o surgimento dos chamados “*finfluencers*” — influenciadores digitais que se posicionam como especialistas em finanças, investimentos e economia. Muitos desses indivíduos não têm a formação adequada ou a experiência necessária para oferecer conselhos financeiros sólidos. Ainda assim, eles atraem milhares, às vezes milhões, de seguidores que confiam cegamente em suas recomendações.

Uma pesquisa encomendada pela Forbes Advisor e realizada pela empresa de pesquisa de mercado Prolific descobriu que, nos Estados Unidos, 79% dos membros das gerações millennial e Z obtiveram conselhos financeiros nas redes sociais. Não tenho dados do Brasil, mas é provável que, dada a penetração das redes sociais na nossa sociedade, o número seja ainda maior.

É claro que existem influenciadores qualificados e sérios; no entanto, quando falam a verdade sobre as dificuldades do mercado financeiro, acabam atraindo menos público do que aqueles que fazem promessas exageradas ou irrealistas, como a obtenção de lucros rápidos e elevados em investimentos de alto risco, sem esclarecer adequadamente os perigos envolvidos. Alguém que promete ganhos fáceis de 10% ou 20% ao ano em investimentos atrai muito mais pessoas do que alguém que explica que, do valor bruto dos investimentos, é preciso descontar Imposto de Renda, in-

flação e custos de transação. Isso leva muitos seguidores a preferirem ouvir uma promessa agradável, embora falsa, a encarar uma verdade desagradável. Esse comportamento geralmente resulta em perdas financeiras significativas e contribui para a criação de uma cultura de investimento baseada na especulação e na busca por ganhos fáceis, em vez de uma abordagem prudente e bem-informada.

O que mais me preocupa, no entanto, é a falta de cuidado de algumas instituições financeiras respeitáveis que se associam a *finfluencers*, sem passar por um processo de compliance ou verificação rigorosa da qualificação do influenciador. Ao fazer isso, essas empresas não estão apenas cometendo um erro estratégico — estão se tornando cúmplices na disseminação de informações falsas e potencialmente perigosas.

Quando um *finfluencer* promete um retorno de 20% ao ano e é patrocinado por um grande banco, é legítimo questionar por que esse banco não o contrata como gestor de investimentos. Quando esse influenciador recomenda que as pessoas deixem de contribuir para o INSS, sem considerar os riscos de morte ou invalidez precoce, ele coloca o futuro das famílias em risco. Isso é ainda mais preocupante quando é impulsionado pela verba de marketing e pela reputação de uma instituição séria que, aparentemente, não fez a devida diligência ao contratá-lo.

O marketing de influência é uma ferramenta poderosa, porém, quando a decisão de contratação é feita com base apenas no número de seguidores de um perfil, sem uma análise crítica das informações que ele compartilha, a empresa acaba endossando essas mensagens, sejam elas corretas ou não. Ao direcionar verba de marketing para influenciadores irresponsáveis, a empresa coloca em risco não apenas sua reputação, mas também a segurança e o bem-estar dos clientes e consumidores.

A responsabilidade no uso do marketing de influência é essencial para proteger consumidores e preservar a integridade das instituições. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO

é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e diretor da Alento Educação Financeira.
jurasell@gmail.com

“

O RI precisa ter a capacidade de aprender sempre.”

Lícia Rosa, gerente de RI da Itaúsa

Vencedora da 4ª edição do Prêmio APIMEC IBRI na categoria melhor profissional de RI - Large Cap, compartilha sua trajetória profissional.

por **JENNIFER ALMEIDA**

PÁGINA 56



Presidente do Conselho do IBRI é entrevistada sobre sua trajetória no IR Talks da MZ

PÁGINA 59

Institutional Investor Research anuncia o ranking Latin America Executive Team 2024

PÁGINA 60

Inscrições para o curso: Inteligência Artificial na Prática para Relações com Investidores

PÁGINA 61

"O RI precisa ter a capacidade de aprender sempre"

Lícia Rosa, gerente de RI da Itaúsa

Vencedora da 4ª edição do Prêmio APIMEC IBRI na categoria melhor profissional de RI - Large Cap, **Lícia Rosa** compartilha sua trajetória profissional.

por **JENNIFER ALMEIDA**

“O Prêmio APIMEC IBRI é muito importante para o mercado de capitais brasileiro, uma vez que ao reconhecer o trabalho que os RIs desempenham para comunicar com o mercado, a premiação incentiva as empresas a buscarem melhorar continuamente, com foco na transparência e equilíbrio das informações”, declara **Lícia Rosa**, gerente de Relações com Investidores da Itaúsa. Lícia recebeu o Prêmio APIMEC IBRI, em 2023, na categoria Melhor Profissional de RI - Large Cap.

Além de reconhecer os analistas que se destacam pelo seu sólido conhecimento, Lícia Rosa afirma que a premiação faz, também, com que os investidores tenham cada vez mais acesso a uma visão mais apurada sobre o desempenho das empresas e do mercado em que atuam.

Formada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pós-graduada em Gestão da Sustentabilidade também pela FGV, Lícia Rosa ingressou na área de Relações com Investidores, em 2010, na Redecard (atual Rede), empresa que integrava o Novo Mercado e os principais índices de sustentabilidade do mercado de capitais (como o ISE e o DJSI). “Na Rede, estruturamos a agenda e a governança de Sustentabilidade da empresa. Então ao mesmo tempo em que fiz minha imersão no mundo de RI, pude compartilhar meu conhecimento em Sustentabilidade, área em que trabalhei por quase três anos no Grupo CPFL Energia, antes de entrar na Rede”, afirma.



LÍCIA ROSA

Em 2013, o Itaú Unibanco anunciou a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da Rede, momento em que ela participou ativamente do processo de fechamento de capital da empresa, observando as regras do Novo Mercado e os interesses dos acionistas minoritários. Concluída a OPA, ela aceitou a proposta para integrar o time de Relações com Investidores do Itaú Unibanco, onde trabalhou por 10 anos. Durante esse período, Lícia Rosa conta que teve a oportunidade de se desenvolver como gestora e como profissional, participando de diversos projetos relacionados a melhores práticas de reporte e transparência na comunicação com investidor, em que aprendeu muito sobre regulação norte-americana, brasileira e até mesmo europeia. Além de ter participado da estruturação e coordenação de eventos societários relevantes, como o desinvestimento do banco na XP.

“Buscando novos desafios, mas ainda na área de Relações com Investidores, em janeiro de 2023, iniciei minha jornada na Itaúsa. Desde então, junto ao time de RI, à CFO (Priscila Grecco) e ao Diretor de Relações com Investidores (Alfredo Setubal), temos intensificado o relacionamento com investidores institucionais e analistas de mercado, estando mais ativos em encontros, conferências e *roadshows* dentro e fora do Brasil. Ao mesmo tempo, em parceria com a área de Comunicação da Itaúsa, nos mantemos engajados com nossos mais de 900 mil acionistas pessoa física, por meio de uma interação constante em nossas redes sociais e, inclusive, durante nossos eventos de divulgação de resultados e nossa reunião pública com acionistas. Tem sido muito enriquecedor!”, declara.

Ao longo de sua trajetória profissional, Lícia Rosa diz: “aprendi sobre a importância da consistência e da solidez do que entregamos, que nascem de muito comprometimento, trabalho e dedicação. Creio que esses fatores são fundamentais para que sejamos lembrados quando as oportunidades surgem”.

Ao falar sobre o que mudou na atuação do RI nos últimos quatro anos, Lícia Rosa notou um posicionamento mais claro de reguladores estrangeiros e locais para que as empresas passem a posicionar-se sobre aspectos que vão além do desempenho financeiro, e que demonstrem seus mecanismos de governança, de gestão de crise, prevenção e mitigação de riscos, relacionados a aspectos ambientais e sociais relevantes para seus negócios, como eventos climáticos extremos, cibersegurança, entre outros temas.

“Diante disso, acredito que o profissional de RI precisa ser curioso e buscar novos conhecimentos em áreas que vão



Aprendi sobre a importância da consistência e da solidez do que entregamos, que nascem de muito comprometimento, trabalho e dedicação.

Creio que esses fatores são fundamentais para que sejamos lembrados quando as oportunidades surgem.



além das suas atividades tradicionais de análise de resultados e atendimento a investidores”, frisa. “E com o avanço cada vez mais veloz da internet e da tecnologia, a habilidade de comunicação e de engajamento com seu público é um grande diferencial. O trabalho que temos feito em nossas redes sociais com foco no acionista pessoa física tem demonstrado isso.”

TEMAS DE ATENÇÃO PARA O RI

O profissional de RI deve estar atento a diversos assuntos que influenciam seu cotidiano e um dos temas, conforme ela menciona, é a parte regulatória do mercado de capitais brasileiro. “Estamos discutindo bastante sobre como as empresas devem estar preparadas para a adoção das IFRS S1 e S2, as normas contábeis que tratam sobre a governança de sustentabilidade e climática das companhias”, pontua. Então, ela sugere que o RI deve manter a atenção em analisar como sua empresa está em relação ao tema, buscando identificar o que precisa evoluir em termos de políticas, procedimentos e práticas, para estruturar e implementar um plano de ação para divulgar para o mercado.

Em termos de cenário macroeconômico do Brasil, Lícia Rosa aponta que a pauta atual mais relevante em discussão é a reforma tributária, “sendo importante monitorar como esse assunto está evoluindo e pode impactar a empresa ou o setor em que a companhia atua”.

Para isso, ela diz ser fundamental que o profissional de RI tenha determinadas características técnicas como conhecer bastante sobre o setor em que a empresa atua, o seu modelo de negócio, os fatores que influenciam as principais linhas do resultado, a regulação do mercado de capitais, as tendências de mercado, entre outros assuntos. “É fundamental reportar o feedback dos investidores para a alta liderança, a fim de contribuir para a criação de valor no longo prazo, e relacionar-se bem para construir parcerias estratégicas dentro e fora da empresa”, destaca.

INSPIRAÇÕES NA ÁREA DE RI

A gerente de Relações com Investidores da Itaúsa menciona que tem muitas fontes de inspiração em diferentes aspectos, pois sempre teve a oportunidade de trabalhar com grandes profissionais que admira muito, tanto pessoalmente como profissionalmente. “A minha maior fonte de inspiração como gestor e profissional da área de RI foi o Geraldo Soares, com quem trabalhei durante todo o período que estive no banco. Serei sempre grata por todas as oportunidades de aprendizado que compartilhei com ele e com todo o time de RI do Itaú Unibanco”, ressalta.

Atualmente na Itaúsa, Lícia Rosa afirma ter a feliz experiência de conviver com várias mulheres líderes, como a Priscila Grecco, CFO da Itaúsa, “que me inspira pela sua competência e por ser uma liderança feminina em pautas que eram tradicionalmente mais apresentadas por homens”. “Essa experiência tem sido muito inspiradora para mim, pois mostra



É fundamental reportar o feedback dos investidores para a alta liderança, a fim de contribuir para a criação de valor no longo prazo, e relacionar-se bem para construir parcerias estratégicas dentro e fora da empresa.



que é sim possível ocuparmos espaços que antes não pareciam tão disponíveis!”, conclui.

SOBRE O PRÊMIO APIMEC IBRI

O 4º Prêmio APIMEC IBRI contou com o patrocínio das empresas: Patrocínio Diamante – B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); Patrocinadores Ouro – BNY Mellon; Innova All Around The Brand; Madrona Fialho Advogados; Mazars; e MZ.

Para mais informações, acesse o link: <https://www.premioapimecibri.com.br/>

5ª edição do Prêmio APIMEC IBRI acontece em 28 de novembro de 2024

A 5ª edição do Prêmio APIMEC IBRI acontece no dia 28 de novembro de 2024, no Hotel Blue Tree Faria Lima, em São Paulo (SP). O evento ocorrerá a partir das 19 hs e vai premiar profissionais de Relações com Investidores, analistas e empresas em sete categorias: Melhor Analista de Valores Mobiliários; Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários; Melhor Casa de Análise Independente de Valores Mobiliários; Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap; Melhor Profissional de RI – Large Cap; Melhor Prática e Iniciativa de RI – Small/ Middle Cap; e Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap. O Prêmio já conta com o patrocínio das empresas: Bocater Advogados, Innova, Madrona Fialho Advogados e MZ.

Presidente do Conselho do IBRI é entrevistada sobre sua trajetória pessoal e profissional no **IR Talks da MZ**

Renata Oliva Battiferro, presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), participou do quinto episódio da terceira temporada do IR Talks da MZ, o primeiro talk show voltado para o mercado de capitais.



RENATA BATTIFERRO, IBRI e CÁSSIO RUFINO, MZ

Cássio Rufino, CFO & COO da MZ, recebeu Renata Oliva Battiferro. A presidente do Conselho de Administração do IBRI compartilhou sua trajetória pessoal e profissional, explorando as experiências vividas no mercado de capitais brasileiro.

"A evolução tecnológica não apenas acelerou a velocidade da comunicação, tornando-a mais dinâmica e acessível, mas também redefiniu as expectativas quanto à transparência e acessibilidade das informações. As plataformas digitais proporcionam um canal direto e eficaz para compartilhar não apenas dados financeiros, mas também a história e os valores que tornam cada empresa única", declarou Renata Oliva Battiferro.

“

A evolução tecnológica não apenas acelerou a velocidade da comunicação, tornando-a mais dinâmica e acessível, mas também redefiniu as expectativas quanto à transparência e acessibilidade das informações.

”

As reflexões da presidente do Conselho de Administração do IBRI durante o IR Talks oferecem uma visão abrangente dos desafios atuais enfrentados pelos profissionais de RI, destacando não apenas as oportunidades trazidas pela era digital e inovação tecnológica, mas também insights sobre gestão de equipe, os desafios de carreira em RI, definição de metas, uso das redes sociais para comunicação e estratégias para aumentar a liquidez. Além dos quadros "Pergunta do Especialista" e "Bate-Bola", proporcionando um panorama completo das principais questões que moldam o futuro das Relações com Investidores, conclui Cássio Rufino.

Para acompanhar o episódio na íntegra, basta acessar o link: <https://www.youtube.com/watch?v=WBFDn796ThI>

Institutional Investor Research anuncia o ranking **Latin America Executive Team 2024**

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) apoia a divulgação da pesquisa da Institutional Investor sobre empresas que se destacaram pela excelência em liderança executiva, programas de Relações com Investidores, Governança Corporativa e práticas ESG.

A Institutional Investor Research (II Research) anunciou os resultados da sua 15ª Pesquisa Anual sobre o Time Executivo da América Latina. Realizado entre fevereiro e março de 2024, o levantamento contou com a participação de 1.141 investidores, gestores de portfólio e analistas de 505 empresas votantes.

Os participantes avaliaram um total de 322 empresas e 1.013 profissionais em 16 setores distintos. A pesquisa destacou os principais CEOs, CFOs e Diretores de Relações com Investidores, além de avaliar as apresentações para analistas, os Conselhos das companhias, programas de Relações com Investidores e as melhores práticas ESG da América Latina que sustentam os padrões de Governança Corporativa e facilitam o investimento.

Mais de 100 empresas foram reconhecidas e conquistaram posições nas categorias mencionadas acima. Dentre essas, 51 receberam o título de "Empresa Mais Honrada". O reconhecimento é baseado no sucesso acumulado nas classificações, alcançando posições entre os três primeiros lugares em categorias suficientes para atender aos requisitos mínimos de pontuação.

"Observamos uma leve melhora nas taxas de participação na pesquisa corporativa anual da América Latina, destacando a seriedade de questões centrais como a inflação persistente, a implementação variada de políticas monetárias, as dinâmicas comerciais e a incerteza decorrente das eleições políticas. Por outro lado, o forte crescimento econômico em certas regiões e a ênfase nas inovações tecnológicas aumentaram a confiança. As perspectivas de crescimento variam significativamente de país para país e de setor para setor, o que se reflete claramente em nossos resultados", declara Ursula Kizy, Diretora de Relações com Investidores das Américas na II Research.



Observamos uma leve melhora nas taxas de participação na pesquisa corporativa anual da América Latina, destacando a seriedade de questões centrais como a inflação persistente, a implementação variada de políticas monetárias, as dinâmicas comerciais e a incerteza decorrente das eleições políticas. Por outro lado, o forte crescimento econômico em certas regiões e a ênfase nas inovações tecnológicas aumentaram a confiança. As perspectivas de crescimento variam significativamente de país para país e de setor para setor, o que se reflete claramente em nossos resultados.



Para consultar a lista completa dos vencedores e metodologia, basta acessar:

<https://www.iiresearch.com/> e

<https://bit.ly/LatinAmericaExecutiveTeam>

Abertas inscrições para o curso: **Inteligência Artificial na Prática para Relações com Investidores**

No dia 16 de setembro de 2024, das 09:00 às 12:00, o IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) realizará o curso "Inteligência Artificial na Prática para Relações com Investidores", na MZ Arena, Alameda Vicente Pinzon, 51, Vila Olímpia, em São Paulo (SP), em formato presencial.

O curso será conduzido por **Jéssica Regina**, profissional com 18 anos de experiência em contabilidade, finanças e controladoria. Jéssica é fundadora da Financ.ia, a primeira startup no Brasil dedicada à educação em IA (Inteligência Artificial) para Finanças.

"A inteligência artificial é uma ferramenta muito importante para auxiliar os profissionais de RI a ganharem produtividade e capacidade analítica, fundamentais em um ambiente onde é necessário processar muitas informações com pressão de tempo. Além disso, é fundamental compreender as restrições da ferramenta, principalmente no manuseio de informações restritas, que fazem parte do dia a dia dos profissionais de Relações com Investidores", declara **Alessandra Gadelha**, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Coordenadora da Comissão de Educação e Inovação do IBRI.

A Educação é um dos pilares da atuação do IBRI. Este evento está totalmente alinhado com a estratégia de gerar valor para os associados do Instituto. Para mais informações e inscrições, basta acessar: <https://bit.ly/RIcursoIA>



JÉSSICA REGINA

Novo Associado do **IBRI**

Em agosto de 2024, o IBRI registrou um novo associado da empresa: **Abribe Investimentos**.

"UM PLANETA MAIS QUENTE É UM PLANETA QUE CRIA CONDIÇÕES PARA QUE OS EXTREMOS CLIMÁTICOS SE TORNEM MAIS FREQUENTES"

PROFESSOR CARLOS NOBRE, CLIMATOLOGISTA

HOLANDA ARRABE E FERRE, MARCELO DE PLURALE, ROSA MARIA FERRE E ROSA MARIA FERRE

Por onde passa o professor Carlos Nobre, climatologista, não se vê um homem comum. Não se vê um homem comum das ruas, um homem comum das ruas, um homem comum das ruas...



de Estímulo Social e Diretor de Assessoria Social do Instituto Petróleo Ambiental em São Paulo, em 2012, recebeu da revista a honraria de "Cientista do Ano".

"PRECISAMOS DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL QUE PROJETE CIDADES MAIS INTELIGENTES, QUE SEJAM CIDADES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES."

POB ROSA ARRABE, EDITORA DE PLURALE, FOTO DE METROPOLIS POR FERNANDO PIAZZO - AGENCIA BRASIL

JULIO CESAR DA SILVA, Pós-Doutor em Engenharia Civil, Pesquisador e vice-diretor do Centro de Pesquisas e Estudos sobre Desastres (CEPEDES/UERJ)



Não é apenas o tamanho da população que define uma cidade inteligente, mas também a qualidade da infraestrutura urbana...

Defesas civis nos municípios enfrentam falta de verba, de pessoal e de estrutura, mostram pesquisas

Um levantamento realizado pelo Instituto de Defesa Civil (IDEC) em parceria com o Conselho Nacional de Defesa Civil (CNDC) mostrou que apenas 10% dos municípios brasileiros possuem equipes de Defesa Civil...



18 PLURALE DA REVISTA | Setembro | Agosto 2022

PLURALE E OUTRAS MÍDIAS ALERTAM HÁ ANOS PARA O RISCO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.



PLURALE HÁ 17 ANOS NOTICIANDO E REFLETINDO SOBRE O TEMA.

Plurale: Plural até no nome
www.plurale.com.br

Negócios sustentáveis na Amazônia e o papel dos agentes de governança

A gestão territorial sustentável na Amazônia demanda o fomento de um novo ecossistema de negócios, que concilie a conservação ambiental com um desenvolvimento socioeconômico inclusivo, de baixo carbono, que respeite a cultura local, valorize os saberes tradicionais e as vocações territoriais.

por **VANESSA PINSKY** e **CAMILA SILVA**

O engajamento dos agentes de governança corporativa em oportunidades de negócios sustentáveis na Amazônia requer a compreensão sobre a dinâmica do desenvolvimento territorial e das relações entre atores públicos e privados. Conhecer localmente a realidade amazônica deveria ser premissa de negócio para quaisquer lideranças executivas e conselheiros de empresas que atuam na região.

São várias 'amazônias' no bioma mais biodiverso do mundo, que abrange cerca de 59% do território brasileiro, incluindo os seguintes estados na Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Cada território com suas peculiaridades e desafios relacionados ao ordenamento fundiário, crime organizado e segurança, infraestrutura, logística multimodal, cultura e povos tradicionais, além da imensidão de riqueza natural e suas cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Empresas do Brasil todo podem contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável na Amazônia. Segundo Denis Minev, amazônida e CEO da Bemol, há três frentes prioritárias: 1) capacitação técnica da população local; 2) investimento em pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação, e 3) desenvolvimento de sistemas agroflorestais com foco no aumento da produtividade em áreas degradadas, restauração florestal e soluções baseadas na natureza.

Todas essas atividades apresentam um potencial significativo na geração de prosperidade para as pessoas e negócios da



O engajamento dos agentes de governança corporativa em oportunidades de negócios sustentáveis na Amazônia requer a compreensão sobre a dinâmica do desenvolvimento territorial e das relações entre atores públicos e privados. Conhecer localmente a realidade amazônica deveria ser premissa de negócio para quaisquer lideranças executivas e conselheiros de empresas que atuam na região.





Conselheiros e executivos são determinantes na condução de negócios de impacto positivo por meio de estratégias de valor compartilhado. O modelo de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia precisa ser repensado e repactuado com a sociedade e setor privado. As empresas são fundamentais na construção dessa agenda de negócios no presente, com olhar para as oportunidades no futuro.



região, baseados na expansão do conhecimento, geração de emprego e renda, aumento de produtividade, conservação e manutenção dos serviços ambientais. O desenvolvimento do capital humano é fator de competitividade para as empresas que operam ou estão avaliando novos negócios nos estados da Amazônia.

Iniciativas de conservação em escala e restauração de áreas degradadas garantem os serviços ecossistêmicos prestados para a população local e para o país, em especial no equilíbrio do regime de chuvas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Regulação do clima, influência no ciclo hidrológico, biodiversidade que mantém os ecossistemas, qualidade do ar através da fotossíntese das árvores são exemplos de serviços ambientais que todos se beneficiam com a floresta em pé. Além disso, diversos setores no Brasil dependem dos serviços ecossistêmicos da Amazônia para operar, como o agronegócio.

Agentes de governança que atuam prioritariamente no eixo Rio-SP podem utilizar sua experiência e conhecimento para promover o desenvolvimento territorial na Amazônia por meio de negócios sustentáveis, competitivos e inovadores. Novos modelos de negócio precisam ser fomentados na bioeconomia amazônica, considerando os custos e os riscos peculiares do bioma. As deficiências na região devem ser trabalhadas como oportunidades para inovar na operação.

Na lógica do Capitalismo Consciente, negócios conscientes atendem às demandas ambientais e sociais da sociedade e de seus stakeholders, geram prosperidade, além de alavancar o

desenvolvimento econômico por meio de estratégias de negócios de longo prazo, baseados em competitividade, inovação e nas melhoras práticas de governança corporativa.

Conselheiros e executivos são determinantes na condução de negócios de impacto positivo por meio de estratégias de valor compartilhado. O modelo de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia precisa ser repensado e repactuado com a sociedade e setor privado. As empresas são fundamentais na construção dessa agenda de negócios no presente, com olhar para as oportunidades no futuro. E o potencial da bioeconomia amazônica mal começou a ser fomentado na agenda de negócios. **RI**

Nota: Esse artigo integra o a iniciativa “Conselheiros pela Amazônia” do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que nasceu da necessidade da construção de diálogos e debates sobre desenvolvimento sustentável e conservação da Amazônia. Amparado em mesas de discussões temáticas, o IBGC tem como propósito atuar como agente articulador do tema, convidando conselheiros de administração e executivos para a ação em prol da governança climática. O texto é de responsabilidade dos autores e não reflete, necessariamente, a opinião do IBGC.

VANESSA PINSKY

é conselheira consultiva e membro externo da comissão de sustentabilidade do IBGC e especialista em sustentabilidade. pinskyvanessa@gmail.com

CAMILA SILVA

é conselheira consultiva e gerente acadêmica no IBGC e especialista em governança corporativa e gestão de riscos. camiscristina.silva@gmail.com

Quando se trata de informação você prefere velocidade ou credibilidade?



O Valor PRO oferece os dois e muito mais.

Com notícias dos bastidores do mercado, ferramentas analíticas e informações completas sobre finanças e negócios, o **Valor PRO** é um serviço de informações em tempo real que une toda a velocidade que o mercado exige à credibilidade do **Valor Econômico**.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO.
valorpro.com.br | 0800-003-1232

Valor PRO

Versátil como o mercado.
Confiável como o Valor.

MÊS DA FILANTROPIA QUE TRANSFORMA

soluções climáticas locais

2024

Descubra como a filantropia comunitária está impulsionando a criação de soluções climáticas locais em todo o Brasil.

Conheça iniciativas sociais que fortalecem comunidades e criam soluções sustentáveis em todos os biomas brasileiros.

Acesse a agenda do mês:



comuá


BrazilFoundation